



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA EMANUELA DE OLIVEIRA CRUZ

**A CULTURA NEGRA NA SALA DE AULA:
UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA EM AÇÃO**

**CAMPINA GRANDE – PB
NOVEMBRO/2012**

MARIA EMANUELA DE OLIVEIRA CRUZ

**A CULTURA NEGRA NA SALA DE AULA:
UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA EM AÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. CRISTIANE MARIA NEPOMUCENO

**CAMPINA GRANDE – PB
NOVEMBRO/2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB.

C957c Cruz, Maria Emanuela de Oliveira.
A cultura negra na sala de aula [manuscrito] :
uma proposta pedagógica em ação / Maria
Emanuela de Oliveira Cruz, 2012.
81 f. : il. : color

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba,
Centro de Educação, 2012.
“Orientação: Profa. Dra. Cristiane Maria
Nepomuceno, Departamento de Filosofia e Ciências
Sociais”.

1. Ensino de História 2. Currículo Escolar 3.
Ensino Fundamental I. Título.

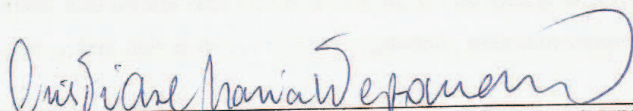
21. ed. CDD 372.890 4

MARIA EMANUELA DE OLIVEIRA CRUZ


**A CULTURA NEGRA NA SALA DE AULA:
UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA EM AÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

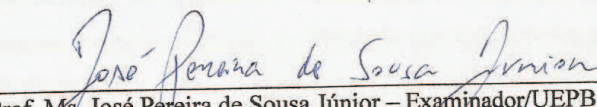
Aprovada em 03 / 12 / 2012



Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno – Orientadora/UEPB



Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo – Examinadora/UEPB



Prof. Ms. José Pereira de Sousa Júnior – Examinador/UEPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por esta sempre ao meu lado e em todos os momentos renovar minhas forças para seguir firme em busca de meus objetivos. Pois sem sua presença em minha vida, sei que não seria nada.

A meus pais, pois independente de qualquer dificuldade, sempre percebi seus esforços para manter meus estudos e sua luta para que eu jamais desistisse de continuar seguindo. Sei o quanto acreditam que tenho capacidade de atingir meus objetivos e tudo que hoje faço é para garantir um futuro melhor para mim e para eles.

A Cristiane, que além de minha orientadora tornou-se uma grande amiga, uma mãe para mim, me ajudando sempre que necessário e me mostrando o caminho certo a seguir. Jamais esquecerei os dias em que pensei em desistir e suas palavras e ações me motivaram a continuar lutando. A ela devo parte do que hoje sou, pois sua presença e seus ensinamentos me fizeram ter orgulho de minha identidade e acreditar que se quisermos, podemos fazer a diferença nesta vida. Obrigada por ser meu exemplo, em que me espelharei, estando onde for. Obrigada pelos dias de brigas, de descontração, pelas viagens que tanto me ensinaram e por seus gestos de carinho e confiança que jamais esquecerei. E saiba que a vida pode me levar por outros caminhos, mas levarei seus ensinamentos dentro do meu coração, e como disse por várias vezes: “você poderá deixar de ser minha orientadora, mas será sempre minha segunda mãe”.

A Professora Patrícia, que durante sua disciplina me ensinou muita coisa. Ela, que assim como Cristiane, me ensinou a ter orgulho de pertencer a esse povo e a defender a história e cultura africana e afrobrasileira por onde eu for. Sua postura me serviu de exemplo e suas palavras me motivaram bastante a chegar onde estou.

A todas as professoras do curso de pedagogia, em especial Glória, Marinalva, Lenilda e Teresa Cristina, pois através de suas aulas descobri o real sentido de “ser professor” e o quanto nossos alunos merecem ser respeitados e valorizados da forma que são. Assim como, nós, pedagogas, devemos preservar o direito de liberdade que toda criança possui. Obrigada pelo apoio e amizade de sempre e saibam que jamais me esquecerei de vocês.

Ao professor Júnior, estudioso, gente e agente da luta do povo negro, obrigada pela atenção e por ter recebido meu convite com tanta compreensão e carinho.

A todas as meninas da pesquisa da qual faço parte, em especial à Acacia, Dany e Paula, que sempre estiveram comigo durante todo esse percurso e me ajudaram no que

podiam, tanto no dia-a-dia como na aplicação do meu projeto na escola. Obrigada pelo companheirismo e amizade de sempre meninas, que a vida concretize cada vez mais nossos caminhos e que jamais esqueçamos da presença uma da outra.

As amigas conquistadas no dia-a-dia da Universidade: Camila, Ionath e Luíza. Obrigada pela parceria de sempre e pela disponibilidade de me ajudar sempre que precisei. E obrigada também pelas palavras de motivação quando achei que não conseguiria e pelos momentos de alegrias vividos ao longo desse tempo juntas.

As professoras e os alunos da Escola Francisco Manoel da Motta, em que apliquei meu projeto de intervenção, pela ótima recepção, carinho, atenção e cuidado em que me dedicaram. Mery, obrigada pela constante presença e pelas orientações e apoio que me ofereceu ao longo desse tempo e a todos os alunos, obrigada pelo carinho, alegria e participação em cada aula, em cada situação de aprendizagem.

As pessoas que mesmo não fazendo parte do meu ambiente de estudo, estiveram me dando força durante todo esse tempo:

A Cassio meu namorado, obrigada pelas vezes que contribuiu com nosso trabalho mesmo não tendo responsabilidade sobre ele e pela paciência de esta ao meu lado mesmo em dias de turbulência.

A meu amigo e minhas amigas de sempre Bruno Halluan, Kaluana e Sonnale, os primeiros que acompanharam todo o processo de realização do meu trabalho desde o momento em que ingressei na Universidade, sempre presentes da forma que podiam, me oferecendo apoio e companheirismo. E Karol e Wanessa que chegaram há pouco tempo, mas que sempre fizeram questão de me transmitir à confiança que tudo daria certo. Karol, obrigada pela paciência de me ouvir sempre que necessário e o carinho e apoio que me ofereceu durante este tempo.

A todos da minha família, em especial a meus irmãos Gledson e Gabriela e as minhas tias Gleide e Mônica que sempre se preocuparam com meus estudos e a realização de cada trabalho, obrigada por ter me acompanhado durante todo esse período com bastante atenção e carinho.

A todos aqui citados, muito obrigada por estarem ao meu lado durante essa fase de minha vida, sou grata por todo apoio, amor e carinho de cada um. Sei que posso me considerar rica, pois tenho comigo pessoas que me amam e acompanham a cada ciclo que se inicia e se finda em minha vida.

“Se soubesse que o mundo se desintegraria amanhã, ainda assim plantaria a minha macieira. O que me assusta não é a violência de poucos, mas a omissão de muitos. Temos aprendido a voar como os pássaros, a nadar como os peixes, mas não aprendemos a sensível arte de viver como irmãos.”

Marthin Luther King

RESUMO

Este trabalho se propõe apresentar algumas considerações a cerca das mudanças ocorridas no currículo escolar e na prática docente após a institucionalização da Lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afrobrasileira nas instituições de ensino. Para tanto tomou como recorte um projeto de intervenção realizado com duas turmas do 5º ano do Ensino Fundamental I de uma escola da rede municipal de ensino de Campina Grande-PB. A pesquisa objetivava investigar a influência de aulas voltadas para o ensino da História e Cultura Afrobrasileira na reformulação de conceitos e na percepção da identidade dos alunos. Os instrumentos norteadores do olhar e que fundamentaram o projeto de intervenção foram obtidos a partir de duas fontes: a pesquisa teórica e a bibliográfica. A pesquisa documental, nos levou a leitura da base legal nacional e internacional voltados para a educação étnico-racial, dentre eles: a Constituição Brasileira de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96); a Lei Federal 10.639/03; a Resolução Nº 1 de 17 de junho de 2004; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; as Orientações Curriculares e Expectativas de Aprendizagem Étnico-Racial para a Educação Étnico-Racial na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio de 2008, Regulamentação do Estado da Paraíba (2010) e Resolução do Município de Campina Grande (2010). Dentre os referenciais bibliográficos destacamos: Freire (2002), Machado (2002), Demo (2008), André (2010), Nepomuceno e Assis (2008), Cavalcante (2010), entre outros. A partir dos dados coletados constatamos a importância da inserção dos conteúdos relativos a História e Cultura Afrobrasileira na escola pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seu pertencimento cultural, torná-los conhecedores dos verdadeiros fatos ocorridos na história do Brasil e da grande contribuição dos africanos em nossa história e cultura. Pois, somente assim, estaremos contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes e orgulhosos de seu pertencimento etnicorracial.

PALAVRAS-CHAVE: Prática Docente. Educação. Etnicidade. Lei 10.639/03.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fachada da escola, biblioteca e pracinha.....	52
Figura 2 – Acolhida dos alunos.....	57
Figura 3 – Organização dos alunos na sala de aula.....	58
Figura 4 – Apresentação dos trabalhos sobre músicas afrobrasileiras.....	64
Figura 5 – Trabalho com as letras das músicas.....	66
Figura 6 – Aula expositiva de arte africana.....	68
Figura 7 – Atividade de literatura.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CONTEXTUALIZANDO A PROPOSTA DO EDUCAR PARA A DIVERSIDADE.....	15
1.1 Breve histórico.....	15
1.2 Constituição de 1988 – O marco para o novo tempo.....	18
1.3 Educação e Diversidade: Pressupostos Legais.....	20
1.4 Diretrizes Curriculares e Plano Nacional para a Educação das Relações Etnicorraciais.....	24
1.4.1 Regulamentação Estadual.....	29
1.4.2 Regulamentação Municipal.....	30
2. EDUCANDO PARA UM MUNDO PLURAL: PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS.....	32
2.1 Diversidade Etnicorracial: Conceitos e Desafios.....	33
2.2 Educação como Exercício da Diversidade: Desmistificando Olhares e Desconstruindo (Pré) conceitos.....	37
2.3 Prática Docente: Conceitos e Concepções.....	39
2.4 A Contribuição da Prática Docente para a Educação das Relações Etnicorracias.....	42
3. EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL FRANCISCO DA MOTTA.....	50
3.1 Percurso Metodológico.....	50
3.2 Contexto da pesquisa: Caracterização da Escola.....	52
3.3 Apresentação dos Resultados.....	53
3.3.1 O Projeto de Intervenção.....	54
3.4 Relatando a experiência.....	56
3.4.1 As turmas.....	56
3.4.1.1 A rotina das turmas.....	57
3.4.1.2 As professoras.....	58
3.5 Atividades realizadas.....	59
3.5.1 As Aulas.....	60
3.6 Analisando os Resultados.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	80

Olodumaré

Antonio Nóbrega

Vou-me embora dessa terra...

- Olodumaré...

Para outra terra eu vou...

- Olodumaré...

Sei que aqui eu sou querido...

- Olodumaré...

Mas não sei se lá eu sou...

- Olodumaré...

O que eu tenho pra levar...

- Olodumaré...

É a saudade desse chão...

- Olodumaré...

Minha força, meu batuque...

- Olodumaré...

Heranças da minha Nação...

*Ainda me lembro
do terror, da agonia,
como um louco eu corria
para poder escapar.*

*E num porão
de um navio, dia e noite,
fome e sede e o açoite
conheci, posso contar.*

*Que o destino
quase sempre foi a morte,
muitos só tiveram a sorte
da mortalha ser o mar.*

*Na nova terra
novos povos, novas línguas,
pelourinho, a dor, à mingua
nunca mais pude voltar.*

*E mesmo escravo
nas caldeiras das usinas,
nas senzalas e nas minas
nova raça fiz brotar.*

*Hoje, essa terra
tem meu cheiro, minha cor,
o meu sangue, meu tambor,
minha saga para lembrar.*

INTRODUÇÃO

Na escola de hoje, sem dúvida, há espaço para aprendizagem mútua, em que professores e alunos são, ao mesmo tempo, aprendentes e ensinantes. Basta que estejamos dispostos a fazer cada vez melhor e diferente!

MÁRCIA CAVALCANTE (2010)

Vivemos em um país pleno de diversidade: raças, modos de pensar, de viver, de acreditar. Esta diversidade é fruto da interrelação de povos que nesta terra se misturaram, mesclaram suas genéticas e práticas culturais. Todavia, como compreender que em um país tão plural atitudes e práticas preconceituosas e discriminatórias estejam presentes em todos os seus âmbitos? O mito da “democracia racial” Freyriana continua fortemente presente. Supostamente, continuamos a ser uma nação democrática em que as pessoas afirmam não possuir nenhum tipo de preconceito, mas pessoas negras sofrem discriminação apenas pela cor de sua pele, na maioria das vezes vistos como sujeitos, justificadamente pobres, incapazes, e, por conseguinte, de nível inferior.

O preconceito racial no Brasil permanece não declarado/assumido, mas é constantemente revelado através dos olhares, pensamentos, expressões e atitudes. Preconceito este presente também na escola, tão presente que uma criança, em seus primeiros anos de vida, já é capaz de recusar segurar as mãos de um colega negro por achar que estas são sujas em decorrência de sua cor. Se é criança e tão pequena, o que a faz agir assim? Quem lhe ensinou que negro é sujo?

Trata-se simplesmente de toda uma construção social, presente em nós desde a época colonial. Momento em que a história ensinada para as crianças limitava-se apenas na história eurocêntrica, onde o povo Europeu dominava, era o melhor. E os povos africanos apareciam apenas no momento da escravidão, onde depois de algum tempo eram “libertos por uma princesa bondosa que por compaixão do povo negro, assinou a Lei Áurea”. E assim, a história foi sendo perpassada de geração em geração, sempre desconsiderando a história do povo negro, resumindo-a apenas ao momento em que foram trazidos para o Brasil, ou melhor, raptados até aqui. Situação esta, que nos faz questionar: e como eles viviam antes de serem trazidos para cá? E o que aconteceu com eles após o dia da abolição. Desapareceram? Porque

foi justamente dessa maneira que o ensino foi reproduzido para as crianças, os negros aparecem apenas no momento da escravidão, depois desaparecem.

Diante destas questões, esta pesquisa teve como objetivo, verificar as mudanças ocorridas nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas após a implementação da Lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afrobrasileira em toda a educação básica. E apresentar a ação docente como um elemento essencial para a realização deste ensino de forma relevante e significativa.

Para tanto colocamos em prática um projeto de intervenção em duas turmas de 5º ano de uma escola da rede municipal de ensino de Campina Grande-PB, no intuito de investigar a influência de aulas voltadas para o ensino da História e Cultura Afrobrasileira na reformulação de conceitos e na percepção da identidade dos alunos.

A escolha por esta temática se deu “norteadada” pelo desejo de responder a inúmeras questões levantadas pelos professores ao longo de nossa pesquisa, onde muitos afirmaram não cumprir o que esta posto na Lei, devido a falta de formação em como realizar as aulas e que metodologia utilizar nas mesmas. Entretanto, o “apego” a esta temática veio principalmente da participação no projeto de iniciação científica: “Africanidades e Afrobrasilidades na Lei 10.639/03 – Um olhar para as Escolas Quilombolas e as Instituições Públicas de Ensino de Campina Grande-PB: Currículo, Prática Pedagógica e Formação Docente” coordenado pela Profa. Cristiane Nepomuceno, que me fez encantar pelo universo da cultura africana e afrobrasileira e despertou meu olhar para esta questão.

Minha participação neste projeto, os estudos e as discussões realizados no mesmo, muito contribuíram para o que hoje sou fazendo com que me reconhecesse como negra e me orgulhasse disso (algo que não fazia em momentos anteriores de minha vida). Todas as discussões realizadas ao longo do estudo transformaram meu olhar referente à temática, fazendo com que eu percebesse a presença constante de situações de preconceitos ao longo de minha infância e adolescência e atualmente, no dia-a-dia dos alunos da escola administrada por minha mãe.

Todas essas situações me fizeram perceber o quanto seria importante à ação positiva de um professor consciente e preparado diante destas situações, pois, se houvesse a presença de um professor crítico e preparado nas escolas, muitas situações de discriminação e preconceito poderiam ser extintas do ambiente escolar.

Posteriormente, as observações realizadas durante as etapas da pesquisa me fizeram despertar para a necessidade da realização deste trabalho, pois não me contentava mais com uma observação que destacava a falta de trabalho dos professores, era preciso que eu mesma

agisse diante desta realidade, mostrando o que vivi e aprendi. A partir desta concepção ficou definitiva a escolha pelo tema.

Participar como pesquisadora do projeto permitiu-me ampliar a compreensão da história africana e afrobrasileira e sua influência na formação de nosso povo, perceber que esta influência nunca foi trabalhada na história do Brasil e que a presença do negro foi sempre ocultada dos livros didáticos e conseqüentemente pouco mencionada durante as aulas. Assim, a realização de uma ação significativa poderia contribuir bastante para a desconstrução desta história eurocêntrica.

A partir da aplicação do projeto “Práticas culturais Afrobrasileira: educando para a diversidade”, que passarei a chamar de projeto de intervenção, a pesquisa para o levantamento dos dados foi realizada.

Para subsidiar nossa pesquisa, diversos documentos nacionais e internacionais foram lidos e analisados, dentre os nacionais: a Constituição Brasileira de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96); a Lei Federal 10.639/03; a Resolução Nº 1 de 17 de junho de 2004; as Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; as Orientações Curriculares e Expectativas de Aprendizagem Étnico-Racial para a Educação Étnico-Racial na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio de 2008, Regulamentação do Estado da Paraíba (2010) e Resolução do Município de Campina Grande (2010). Dentre os referenciais bibliográficos destaca-se FREIRE (2002), MACHADO (2002), DEMO (2008), ANDRÉ (2010), MOREIRA E CANDAU (2008), NEPOMUCENO E ASSIS (2008) e CAVALCANTE (2010). Dentro outros. Ambos que tratam a importância da implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 assim como da ação do educador na promoção do respeito às diferenças.

O presente estudo está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, elaboramos a discussão de todo respaldo teórico e documental que trata da importância da implementação das Leis para a valorização e reconhecimento da diversidade de nosso país, assim como a necessidade da construção de cidadãos que respeitem esta diversidade.

Tais documentos reconhecem a pluralidade de nosso povo brasileiro e destacam a necessidade de eliminar as situações de racismo, preconceitos e discriminação existentes em nossa realidade. Afirmando que somos todos iguais independente da diferença de raça, cor, sexo ou religião.

No segundo capítulo tratamos sobre a ação do professor diante da diversidade de alunos que lida, ou seja, a importância do mesmo agir de forma crítica e consciente quando se trata da questão da diferença. Ensinando para seus alunos o respeito mútuo e a valorização de

cada pessoa da forma que é, sem considerá-lo superior ou inferior simplesmente por não ser igual em tudo que faz.

Tratamos também da relevância deste fazer docente na desconstrução de uma história eurocêntrica perpassada durante séculos, história essa que oculta à presença significativa do povo africano em nossa cultura e nosso país. Fazendo necessária a construção da “verdadeira história”.

No terceiro capítulo, destacamos a metodologia que viabilizou a obtenção dos resultados aqui apresentados, também apresentamos o projeto de intervenção “Práticas culturais Afrobrasileira: educando para a diversidade”, a caracterização da área de estudo, os sujeitos pesquisados e a participação da professora regente na prática desenvolvida na sua sala de aula; e, por fim, os resultado da observação e a análise das informações obtidas. Trazendo os resultados, dificuldade e êxitos e analisando todos eles de acordo com a teoria estudada.

Com esse trabalho, espero contribuir para melhoria da prática pedagógica despertando para a importância da desconstrução desta história eurocêntrica presente durante séculos, necessário se faz a presença de um ensino que trabalhe a história do Brasil como realmente ela é, destacando a contribuição das três matrizes étnicas para a formação do nosso povo, a indígena, a africana e a europeia e mostrando para os alunos, a presença de todas elas em nossa cultura e em nossa sociedade.

Que o uso da música, da dança, da literatura e da arte sejam apreendidos enquanto atividade pedagógica que conduza a criança em toda a sua plenitude ao processo de construção de um conhecimento mais ajustado de si mesma. Esperamos com este estudo, provocar inquietações, intensificar as discussões, reflexões e análises frente à temática para contribuir com as práticas educativas direcionadas a formação cidadã das crianças.

1. CONTEXTUALIZANDO A PROPOSTA DO EDUCAR PARA A DIVERSIDADE

(...) A educação escolar deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino aprendizagem. (...) A escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito às diferenças - não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto ser fator de enriquecimento.

PCNs Pluralidade, Vol. 10

1.1 Breve Histórico

Não podemos falar de educação sem nos remeter o modelo de sociedade em que vivemos, pois, ao longo do tempo, sua organização sempre esteve vinculada a forma de organização da sociedade, com o objetivo de atender a interesses específicos, ou seja, da classe dominante. A exemplo disto, temos a época da ditadura militar, em que a escola cabia o dever de formar cidadãos para a pátria, ou seja, cidadãos que seguissem as normas vigentes e fossem capazes de dar sua vida em favor de sua nação.

Fávero e Ireland, em seu livro Educação como Exercício de Diversidade (2007), afirmam que:

a escola é uma instituição construída historicamente no contexto da modernidade [onde podemos considerar, no contexto da sociedade, esteja ela em que período for], considerada como mediação privilegiada para desenvolver uma função social fundamental: transmitir cultura, oferecer às novas gerações o que de mais significativo culturalmente produziu a humanidade (p. 43).

Assim, desde o princípio, foi atribuída a escola a função de transmitir a cultura as novas gerações e formá-las conforme a atual organização da sociedade. Considerando isto, lembramos que o modelo educacional que hoje denominamos de tradicional, teve origem no final do século XX, como forma de atender as exigências políticas da época. Durante este período, a escola era vista como uma

(...) continuação da família em tudo que se referia à socialização moral e aos estilos de vida. A escola formava a criança segundo os aspectos e valores que fortaleciam a coesão social, como a adesão à nação, aceitação da disciplina e dos códigos de conduta etc. Nesse processo, a criança passava de uma instituição de coesão, a família,

a outra, a escola, na qual vigoravam as mesmas categorias de sequencia e hierarquia (MACHADO, 2002, p. 40).

Era papel da escola preparar o cidadão para o “mundo lá fora” no sentido de obedecer todas as regras e adequar-se a cada uma delas. Enquanto a criança sofria coesão dentro de sua própria casa, ao sair para a escola, ela devia também obedecer a todas as regras e se adaptar ao modelo do sistema educacional instituído. Não se pensava na criança como digna de direitos e deveres, a preocupação maior era com a formação de um cidadão capaz de habituar-se ao modelo de sociedade vigente.

Tendo em vista que o Brasil, durante muito tempo, adotou uma postura racista e preconceituosa, não admitindo a presença dos negros escravos nos bancos escolares, que sua educação dependia da disponibilidade dos professores e quando permitida foi apenas durante o período noturno. Assim como afirmam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais (2004):

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares (p. 7).

Nesse sentido, a falta de acesso à educação gerava uma serie de obstáculos, de acordo com as informações postas nas Orientações Curriculares do Estado de São Paulo (2008, p. 67):

O recenseamento de 1872 revelou que entre 1.509.403 escravizados, apenas 1.403 sabiam ler e escrever, ou seja, menos de 1%. Bloqueava-se o acesso e a integração dos escravizados à sociedade, impedindo que eles enfrentassem os novos desafios do mercado de trabalho assalariado e livre.

Esta situação, por exemplo, impossibilitava que os ex-escravos tivessem acesso ao mercado de trabalho livre e assalariado, fazendo com que, muitos deles optassem por retornar ao antigo modo de vida ou passar necessidades com seus familiares. Ou seja, nesse contexto, os negros jamais tinham os mesmos direitos ou eram considerados cidadãos dignos como os homens “brancos”.

Inconformados com essa realidade, muitos deles reagiam motivando os seus a se unirem e se organizarem em prol de um mesmo objeto, lutar por seus direitos e condições de vida melhores. Essas organizações, culminaram no que hoje conhecemos por “Movimentos

Negros” ou seja, pessoas que se uniram com o objetivo de conseguirem seus direitos de cidadãos livres e comuns.

Todas essas resistências estavam voltadas para isto, pois, de nada adiantou serem “libertos” se as condições de vida que encontraram continuavam precárias, fazendo com que muitos optassem por continuar com a escravidão por não conseguir sustentar sua família sem esta realidade. É justamente contra essas condições de vida que dão início as lutas pela igualdade social.

Assim, durante o século XX e o início do século XXI, tem início às lutas pela igualdade social, em especial às lutas do movimento negro pela garantia de melhores condições de vida, livre acesso a escola e integração no mercado de trabalho. Desse modo, Gênero e Diversidade na Escola, afirma que:

A frente Negra Brasileira, organizada entre as décadas de 1920 e 1930, tinha sido a primeira forma de organização explicitamente política da população negra no Brasil, tendo como parâmetro alcançar os mesmos direitos garantidos aos imigrantes. Na década de 70, surgiu um novo movimento negro, marcado pela ideia de afirmação e valorização das diferenças e contra o preconceito de cor e raça, assumindo um caráter destacadamente cultural e político (...). Foi nesse contexto que emergiram os debates em torno do 13 de maio e do 20 de novembro, assim como o respeito dos quilombos e de Zumbi de Palmares, promovendo avanços na revisão da ideologia nacional. Depois dos anos 80, Zumbi foi erigido o herói nacional e, em 1995, o dia de sua morte, a partir do *slogan Zumbi esta vivo*, foi transformado em Dia Nacional da Consciência Negra (2009, p. 211-212).

Um grande marco dessas mudanças foi a Constituição Brasileira de 1988 que reconheceu a sociedade brasileira como formada por múltiplas presenças, etnicamente diversa, garantindo os direitos iguais a todos os cidadãos, independente de sua raça, cor, religião ou opção sexual (cf. artigo 5º). Após a promulgação da Constituição de 1988 uma serie de outras leis foram instauradas, colocava-se em prática, por parte do Estado Brasileiro políticas e programas que objetivavam promover ações afirmativas voltadas para reparar os erros cometidos contra os afrodescendentes e outros grupos étnicos ao longo de todo o processo de formação da nossa sociedade.

As ações e as políticas passaram a garantir, além do reconhecimento, reparação e valorização, aos afrodescendentes (e demais grupos étnicos) a inviolabilidade da condição de cidadão igual em seus direitos e deveres e diferente em seu modo de ser, viver, pensar, agir, sentir e professar suas crenças. A partir de então, as diferenças passam a ser discutidas como algo que irá contribuir com a formação de uma sociedade plural, na qual o respeito a diversidade de raças e etnias capazes de tornar nosso país cada vez mais rico culturalmente.

1.2 Constituição Brasileira de 1988: marco para um novo tempo

Sabemos que o Brasil é um país que possui uma grande diversidade etnicorracial, presente em todos os contextos sendo que ao longo da sua formação histórica, muitas vezes, esta foi desconsiderada. Todavia, vivendo sob a égide do “mito da democracia racial”¹, sempre acreditamos que o Brasil era um país onde o racismo e a discriminação racial não existiam.

Assim, ao longo dos anos falamos sobre respeito ao outro, a suas formas de ser, pensar e agir, mas carregávamos dentro de nós um preconceito construído socialmente durante séculos. Construímos uma sociedade na qual o respeito ao diferente se dá orientado pela possibilidade de convivência-tolerância, desde que “se ponha cada qual em seu lugar”. A desconstrução dessa concepção de Brasil, buscando a construção de uma sociedade mais justa e ajustada, que valorize e respeite a diversidade presente em nosso meio começou efetivamente com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988.

A Carta Magna instituída em 1988 afirma em seu preâmbulo ser destinada “a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social (...)” (BRASIL, p. 19). Estava posto o marco para um novo um tempo: a (re) construção de um Brasil que se reconhece como uma sociedade pluralista, garantindo igualdade de direitos para cada cidadão, independente de sua raça, cor, sexo, religião ou opção sexual. Para confirmar isso, em seu artigo 3º, ao tratar dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, afirma a promoção do “(...) bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” Estava instituída a obrigatoriedade, à cada cidadão, de respeitar o outro em sua diversidade, independente de sua condição.

Iniciava-se a luta em busca de reparação e de combate a toda situação de preconceito, racismo e discriminação presente na sociedade brasileira. E embora velado, a discriminação e

¹ Esta expressão teve início durante a época da Segunda República 1930 – 45 (A Era de Vargas). Onde autores como Gilberto Freyre “(...) examinam as contribuições positivas dos africanos à sociedade brasileira e começaram a estimular os brasileiros a celebrar sua herança africana – mas como uma contribuição a uma identidade brasileira distinta, baseada na miscigenação e na intermistura cultural. (...) Para muitos, o Brasil agora poderia se projetar como nação que tinha misturado, com sucesso, elementos das “culturas primitivas” com europeus. [Assim, nos remetemos ao pensamento do historiador americano Frank Tannenbaum onde afirma que] Muitos Brasileiros lhe dirão que, no futuro, a história do país será narrada em duas partes: antes e depois de Gilberto Freyre” (DAVIS, 2000, p. 35-36). Ou seja, acreditava-se que o Brasil era um país privilegiado por possuir a “uma união mágica de todos os povos”, no entanto, a realidade continuava marcada por posturas racistas e pensamentos eurocêntricos.

preconceito racial sempre esteve presente na sociedade brasileira. E um dos aspectos culturais onde esta negação é mais evidente diz respeito às manifestações de caráter religioso. Durante muito tempo e até os dias de hoje, as práticas religiosas de origem africana, foram consideradas como algo ruim por muitas pessoas. Este pensamento tendo originado-se pelo fato de que em nosso país existiu a predominância da cultura europeia e conseqüentemente do catolicismo. Neste sentido, todas as práticas contrárias a essa doutrina, aí inclusas as africanas e afrobrasileiras, foram abominandas.

A Constituição de 1988 deu um grande passo no sentido de reverter esta postura, a medida que dava a todo cidadão o direito ao livre exercício dos cultos religiosos, independente de quais sejam – como posto no seu artigo 5º, inciso 6º: é “inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

Muitos outros ganhos se deram, dentre eles os que tratam da educação. O Brasil, ao longo de sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, impedindo que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecessem. Assim, apesar desta pequena mudança realizada na lei, da possibilidade de frequentar a escola no período noturno, uma série de estratégias foram realizadas para impedir que a população negra frequentasse o ambiente escolar. Em outras palavras, até bem recentemente o acesso à educação para os negros escravos e seus descendentes era totalmente restrito.

Não há dúvidas que práticas como estas em muito contribuíram para o contínuo desequilíbrio e geração de desigualdades na nossa sociedade. A Constituição de 1988 procuraria resolver esta problemática à medida que concedia a todos os cidadãos passar a ter o direito de participação do ambiente escolar. A afirmação de que o direito à educação é todos, o Brasil dá um passo na busca pela valorização do direito de todos e a aplicabilidade do nome de um país democrático, apesar de trazer consigo uma série de preconceitos, estereótipos e discriminações com os afrodescendentes.

Desse modo, quando se estabeleceu no artigo 206 declara que em nossas escolas o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: “(...) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; [e o] pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (...)” Reconhecendo assim, o dever da sociedade e conseqüentemente da escola em contribuir com essa busca, com a construção de um currículo que considere a diversidade dos alunos presentes na instituição escolar e que contribua para a construção de cidadãos críticos, conscientes e orgulhosos de seu pertencimento etnicorracial, para que assim,

valorizem o outro e sua diferença como algo positivo que contribui na construção de uma sociedade justa e plural.

Desse modo, a diferença deixa de ser algo ruim e passa a ser algo que poderá contribuir com o reconhecimento identitário do sujeito, pois, ao conviver com a diferença ele poderá identificar ou não a presença de elementos de sua cultura, fazendo com que a relação com o outro permita o reconhecimento de si mesmo, de quem nós somos, do que gostamos, o que fazemos, em que acreditamos.

1.3 Educação e Diversidade: Pressupostos Legais

Como exposto no item anterior, após a institucionalização da Constituição de 1988, o Estado brasileiro reconhece a sociedade brasileira como plural e aponta para a necessidade de se criar políticas de reparação contra toda desvalorização, racismo e preconceito presentes ao longo da história. Para tanto, uma série de leis foram criadas no intuito de promover o respeito ao outro e a valorização do seu modo ser, fazer e agir. Aceitando assim, a presença da diversidade cultural, étnica e racial de nosso país.

Esta nova concepção de nação plural iria ser contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a ser instituída em 1996, em seu artigo 26 inciso 4º estava dito: “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. E foi este o artigo alterado em janeiro de 2003, tornando obrigatória o que até então aparecia como sugestão. Falamos da Lei 10.639/03 que viria a se tornar o artigo 26ª da LDB/96:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Desse modo, mais uma vez reconhecida a contribuição dos negros com a história e cultura brasileira, todavia, a diferença é que agora tornava obrigatória a inserção do ensino da História e Cultura Africana e Afrobrasileira no currículo escolar. Fato este, bastante significativo, pois, ao trabalhar com o ensino da História e Cultura Africana e Afrobrasileira na sala de aula, o aluno passaria a ter acesso à história contada de forma mais legítima, ou

seja, como viviam os africanos antes da escravidão, o que verdadeiramente aconteceu com eles durante e após esse processo.

Em todo caso, esta nova possibilidade de ensinar necessita de meticoloso trabalho de revisão devido à forma que a história foi e ainda continua sendo contada nos livros didáticos e nas escolas brasileiras: os negros aparecendo apenas durante o período da escravidão, sendo esquecidos após esta data e o Continente africano visto apenas como um lugar pobre em que as pessoas passam necessidades, desconsiderando toda a realidade de uma série de países e riquezas presentes neste continente.

Necessário se faz que dentro da escola, os alunos tenham acesso à verdadeira história e não apenas resumam-se a imagem repleta de equívocos (re) passada pelos livros didáticos e pela mídia, imagem essa que ainda mantém o negro em uma posição inferior ao branco, destruindo a possibilidade de qualquer identificação por parte das crianças – visto que nenhuma criança se identifica ou deseja parecer com algo ruim e feio. Destacamos assim, a importância de se trabalhar com conteúdos ajustados, de modo a promover o ensino/aprendizagem que permitam a formação de uma identidade ajustada nas crianças, pois, ao conhecer a verdadeira história do seu povo, haverá um processo de identificação e orgulho de seu pertencimento etnicorracial.

Após as mudanças estabelecidas na LDB/96, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), tratando-se de uma documentação legal que rege todo o processo de ensino e conseqüentemente orientam sobre os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, desde os considerados obrigatórios, aos chamados temas transversais, ou seja, que perpassam todo o processo de aprendizagem seja em qual for a disciplina, que é o caso do PCN Vol. 10 que trata da questão pluralidade etnicorracial e outras.

O volume 10 do PCNs, intitulado Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, discute a importância de considerar a pluralidade dos alunos presentes no ambiente escolar e trabalhar o respeito mútuo em sala de aula, assim como orienta o professor em como trabalhar determinada temática e oferece uma série de conteúdos para a realização deste trabalho. Afirma que o trabalho com a diversidade:

“(…) diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal” (BRASIL, 1997, p. 19).

Sendo assim, ao falar da diversidade cultural, falamos da necessidade de considerarmos que somos parte das diversas formas de culturas, religiões, opções sexuais, raças e etnias existentes, ou seja, tudo que somos, pensamos, fazemos, acreditamos, comemos, falamos, enfim... Tem origem a partir de cada cultura que influenciou na formação do povo brasileiro, dentre elas, a africana que está constantemente presente em nosso modo de viver.

É essencial que entendamos a importância de tal trabalho, pela necessidade de formarmos cidadãos conscientes e orgulhosos de seu pertencimento etnicorracial de modo que, ao reconhecer-se passa a respeitar o outro como igual em seus direitos e deveres, determinado reconhecimento irá ampliar os horizontes do professor e do aluno, despertando assim, “(...) a consciência de que a realidade em que vivem é apenas parte de um mundo complexo, fascinante e desafiador” (BRASIL, 1997, p. 19).

Em 09 de janeiro de 2003, após uma constante luta do Movimento Negro pela valorização de seu povo, foi instituída a Lei 10.639. Como já dito anteriormente, com esta Lei, as instituições de ensino eram obrigadas a incluir em seu currículo assuntos referentes à história e cultura afro, temática esta que se encontra presente a todo o momento, desde as relações interpessoais dentro e fora do ambiente escolar até o trabalho das disciplinas específicas do currículo. Segundo Silva (2005) apud Brasil (2009, p. 252): “A finalidade primeira diz respeito ao direito dos descendentes de africanos, assim como de todos os cidadãos brasileiros, à valorização de sua identidade étnico-histórico-cultural, de sua identidade de classe, de gênero, de faixa etária, de [orientação] sexual”.

Em 17 de junho de 2004, através da resolução Nº 1, se regulamentava as mudanças instituídas a partir da Lei 10.639/03 estabelecendo a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, que posteriormente passou a ser denominada de DCNs. Determinadas as Diretrizes tinha-se amparo e orientação acerca dos conteúdos que os professores deveriam trabalhar em relação a temática africana e afrobrasileira em sala de aula.

Assim, como afirma BRASIL (2009, p. 253): “A Lei e as Diretrizes não são respostas para todas as ações necessárias para se promover a igualdade étnico-racial na sociedade como um todo e na escola em particular, mas é um passo importante.” Por assim dizer, o passo importante foi a busca por uma educação mais democrática e uma escola que valorize a heterogeneidade presente em cada um de seus alunos, valorização esta que os aceite como são e não deseje homogeneizá-los.

Dentre muitos objetivos a serem atingidos pela aplicabilidade dessas mudanças, podemos destacar a necessidade de se:

(...) Romper com o silêncio e a “vergonha étnico-racial” que foi inculcada à população negra. (...) Conhecer e reconhecer que a história do continente africano não se inicia com a colonização nem se extingue com o fim deste sistema. Superar a visão de “África sem história”. Desconstruir os estereótipos sobre a África e seus descendentes. Superar a visão de com a colonização nem se extingue com o fim deste sistema. Superar a visão de “África da fome”. Reconhecer a contribuição do continente africano para o mundo e para o Brasil. Ter mais elementos para compreender as desigualdades étnico/raciais e os caminhos para sua superação (BRASIL, 2009, p. 254).

Para que isso realmente aconteça, faz-se necessário o compromisso de todos com o cumprimento do modelo de educação etnicorracial adotado, ou seja, os governantes e secretários da educação, os responsáveis por cada instituição de ensino e o corpo docente. Somente com a participação de todos nessa luta, a realidade do ensino de nossas escolas irá mudar.

Recentemente, no ano de 2008, a Lei 10.639/03 passou por algumas alterações, acrescentando a história e cultura indígena também como temática obrigatória, estava promulgada a Lei 11.645/08. Tínhamos mais um reforço na proposta de edificação de um modelo de educação orientado para o ensino com ênfase na diversidade etnicorracial.

Vale considerar que a luta e preocupação do Movimento Negro e das organizações indígenas com a educação, formação dos educadores e organização do currículo escolar não é algo recente, há muitos anos que determinados movimentos tem se voltado para essas questões, pois, é na escola em que se constitui o processo de formação da identidade de cada cidadão e nada melhor que trabalhar o respeito mútuo e a história de cada povo neste ambiente.

Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, [apontarem] para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir (BRASIL, 2004, p. 9).

Desse modo, destacamos um dos escritos de nosso grande educador, Paulo Freire:

Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem “águias” e não apenas “galinhas”. Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.²

Ou seja, aos educadores, fica o compromisso de agir sobre a realidade que vivemos e contribuir com a formação de alunos críticos, participativos e conscientes de sua origem etnicorracial. De modo a se orgulharem de tal pertencimento e lutarem por um reconhecimento. Pois, ao diferenciar a águia da galinha, Paulo Freire refere-se ao fato de que

² Cf: <http://pensador.uol.com.br/frase/NTI0ODYz/>

as águais possuem voos longos e uma liberdade que ninguém pode tirar delas, enquanto as galinhas vivem toda uma vida em um mesmo lugar, ou seja, não reagem sobre a sua realidade, não buscam algo novo e melhor.

Do mesmo, aos professores é atribuída a responsabilidade de contribuir com a formação de alunos que queiram mais, que não se conformem com a realidade em que vivem – realidade esta muitas vezes marcada pelo preconceito, racismo e discriminação – mas que busquem mais, que queiram mais para suas vidas, que lutem por um reconhecimento.

1.4 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e o Plano Nacional.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana instituídas em 2004 é uma “(...) política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, [que] busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros” (BRASIL, 2004, p. 10). Tais diretrizes propõem a divulgação e uso deste material para a formação de alunos conscientes, críticos e participativos que busquem agir sobre a realidade em que vivem respeitando e valorizando o outro em sua diferença.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares tem o objetivo de contribuir para as ações reparadoras dos erros cometidos e do combate às discriminações e preconceitos cometidos com relação aos afrodescendentes, oferecendo aos professores uma série de conteúdos a serem trabalhados em sala. Determinada proposta, permitirá que os alunos, contribuam com a “(...) construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada” (BRASIL, 2004, p. 10).

Pois, diante da realidade do ensino de nossas escolas, é fundamental que haja um trabalho que considere e valorize a diversidade de alunos presentes em sala de aula, alunos esses, que em sua maioria, estão inseridos em realidades diferentes de seus colegas, vivem em família diferentes e possuem crenças e costumes diferentes, algo que deve ser considerado e trabalhado pelo professor e não apenas esquecido ou ignorado como forma de “não provocar determinadas situações” na escola.

Tais Diretrizes, afirmam que: “(...) É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos” (BRASIL,

2004, p.10). Desse modo, poderemos considerar a importância de valorizar as manifestações individuais de nossos alunos, principalmente quando trata-se de alunos negros, pois, muitas vezes afirmam não possuírem problemas de discriminações e preconceitos em nossas salas de aula, razão pela qual, muitos não consideram os alunos negros como capazes, ativos e inteligentes como os alunos brancos que, por ser trabalhada a cultura europeia com frequência em sala de aula, muitas vezes são considerados como os melhores, mais inteligentes e dignos de serem ouvidos.

Necessário se faz que sejam adotadas políticas educacionais de valorização da diversidade, que respeitem os alunos negros e sua descendência, assim como as formas de manifestação de sua cultura para assim, combater todas as situações de racismo que possam acontecer no ambiente escolar, desde os apelidos pejorativos até as diversas formas de exclusão presentes neste ambiente.

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente (BRASIL, 2004, p. 14).

Aos educadores, responsáveis pelo aprendizado de cada um de nossos alunos cabem permanecer atentos ao tipo de sociedade que desejam construir, para que assim, seus alunos possam agir sobre ela. Vale destacar que a promoção das relações etnicorraciais não é um papel específico só da escola, mas a mesma, sendo parte da sociedade deverá agir sobre isso, contribuindo para a existência da boa relação entre negros e brancos, da troca de conhecimentos e da quebra de desconfianças entre cada um deles. Nesse sentido,

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (BRASIL, 2004, p. 17).

É importante frisar que tais medidas não objetivam mudar o foco etnocêntrico do modelo europeu para um modelo afrocêntrico, mas atentar para o fato da necessidade de se construírem currículos escolares que abordem a diversidade social, cultural e etnicorracial de nosso país. Assim, caberá as instituições de ensino acabarem com a forma precária e limitada

em que é inserida a história e cultura africana e afrobrasileira nos currículos e planejamentos das escolas.

Nessa perspectiva, as DCNs (cf. p. 20-25) mostram os conteúdos referentes a esta temática a serem trabalhadas no ambiente escolar, dentre eles estão:

- A articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro.
- As iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios e regiões.
- As datas significativas para cada região e localidade serão devidamente assinaladas: o dia 21 de março: “Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial”. A data do 13 de maio como “Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo” e a data do 20 de novembro será voltado para celebrar o “Dia Nacional da Consciência Negra.”

Neste documento se encontraram ainda uma série de outras orientações. Dessa maneira, caberá aos professores considerarem as orientações destas diretrizes e organizarem seu planejamento de acordo com a realidade da instituição e dos alunos com o qual atuam. Do mesmo modo que, o Ministério da Educação tem disponibilizado materiais didáticos e paradidáticos de boa qualidade para serem trabalhados em todos os níveis de ensino.

No entanto, diante das dificuldades encontradas para a implementação das Leis 10.639/03 e 11. 645/08, foi criado o Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana tendo como objetivo fortalecer e institucionalizar as orientações contidas nas Leis, no Parecer do CNE/03/2004 e a Resolução 01/2004 para assim melhor atuar na “(...) construção de uma educação com qualidade social e de uma sociedade mais justa e equânime” (BRASIL, 2004, p. 3).

Este Plano reconhece os avanços presentes na educação brasileira nas últimas décadas, no entanto, aponta para o fato de que muita coisa ainda precisa ser feita em nossas escolas, pois, a Educação Básica ainda é profundamente marcada pelos requisitos de desigualdade social e a supervalorização de uns e a desvalorização de outros onde a falta de acesso ao ensino, infelizmente, ainda é algo presente em nossa realidade onde:

O acesso às séries iniciais do Ensino Fundamental, praticamente universalizado no país, não se concretiza, para negros e negras, nas séries finais da educação básica. Há evidências de que processos discriminatórios operam nos sistemas de ensino, penalizando crianças, adolescentes, jovens e adultos negros, levando-os à evasão e ao fracasso, resultando no reduzido número de negros e negras que chegam ao ensino superior, cerca de 10% da população universitária do país. Sabe-se hoje que há correlação entre pertencimento etnicorracial e sucesso escolar, indicando portanto que é necessária firme determinação para que a diversidade cultural brasileira passe a integrar o ideário educacional não como um problema, mas como um rico acervo de valores, posturas e práticas que devem conduzir ao melhor acolhimento e maior valorização dessa diversidade no ambiente escolar (BRASIL, 2009, p. 7).

Nesse sentido, a Lei 10.639 de 2003 tornou-se um marco histórico na luta pela valorização da história e cultura do povo negro, pois simboliza a conquista do direito de voz das lutas antirracistas em nosso país e o início da busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Diante disso, o Conselho Nacional de Educação (CNE), já em 2004, em diálogo com reivindicações históricas do movimento negro, elaborou parecer exarou resolução, homologada pelo Ministro da Educação, ambas com intuito de orientar as instituições escolares para o devido trabalho com a temática em questão.

Assim como, o Plano Nacional, anteriormente mencionado, tem como finalidade a institucionalização da real implementação da Educação das Relações Etnicorraciais tendo como base as Leis 10.639/03, 11.645/08, a Resolução CNE/CP 01/2004 e o Parecer CNE/CP 03/2004, buscando apenas “(...) sistematizar estas orientações focalizando competências e responsabilidades dos sistemas de ensino, instituições educacionais, níveis e modalidades” (BRASIL, 2009, p. 10).

Dentre seus principais objetivos encontra-se o real cumprimento e implementação das DCNs no ambiente escolar, o desenvolvimento de ações estratégicas no âmbito da formação de professores, a promoção no desenvolvimento de pesquisas e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem a diversidade e a cultura afrobrasileira e o acompanhamento das instituições para a observação e constatação do uso e implementação das DCNs.

Desse modo, o Plano Nacional pretende oferecer substrato às instituições de ensino, assim como aos professores as condições necessárias para a realização de um ensino eficaz referente à temática africana e afrobrasileira assim como, após o oferecimento de todas as medidas necessárias, todo um acompanhamento por parte dos poderes públicos e da sociedade civil para a averiguação do trabalho realizado.

Se em nossa realidade, efetivamente existisse o real conhecimento e uso deste Plano, certamente as condições do ensino de nossas escolas seriam bem diferentes, pois, os professores teriam conhecimento das leis e da importância de sua aplicação, assim como

teriam toda uma base de formação e do uso dos materiais disponíveis, de modo que, independente da realização de uma fiscalização, o trabalho seria realizado de forma responsável e significativa.

Em linhas gerais, o Plano Nacional objetiva uma série de ações a serem realizadas por todo o sistema de ensino: a inserção dos conteúdos presentes nas Diretrizes Nacionais; a formação de professores; a elaboração de materiais didáticos; a promoção de pesquisas neste âmbito; e orienta para a necessidade do acompanhamento por parte dos poderes públicos.

Desse modo, espera-se do Sistema Educacional uma sensibilização e informação dos ajustes e procedimentos necessários a serem realizados devidamente nas instituições públicas e privadas de ensino superior, a inclusão as Diretrizes Curriculares Nacionais nos programas de formação de gestores, conselheiros e etc., avaliar os conteúdos dos livros didáticos observando se os mesmos obedecem às questões previstas nas Leis, encaminhar o “Parecer CNE/CP nº 3/2004, a Resolução CNE/CP nº 01/2004, a Lei 11645/08 e este Plano aos conselhos universitários” (p. 28) e demais medidas presentes neste Plano.

As ações determinadas no Plano Nacional, terminar por orientar para a reformulação do Projeto Político Pedagógico de modo a contemplar a história e cultura africana e afrobrasileira no currículo escolar, a inserção de determinada temática no planejamento dos professores e percepção de situações de racismo, discriminações e preconceito no ambiente escolar, assim como o uso de ações de combate dos mesmos (BRASIL, 2009. p. 38).

Após as atribuições das instituições da Educação Básica, o Plano traz consigo as atribuições às instituições de ensino superior, as coordenações pedagógicas, aos colegiados e núcleos de estudo, para então, chegar aos níveis de ensino, desde a Educação Infantil até o nível Superior, tratando logo após das modalidades de ensino. No entanto, iremos focar aqui na Educação Básica e de forma mais específica no Ensino Fundamental I cujas ações principais são as seguintes:

- a) Assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura Afrobrasileira e indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações etnicorraciais.
- b) Implementar ações, inclusive dos próprios educandos, de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didático-pedagógicos que respeitem, valorizem e promovam a diversidade a fim de subsidiar práticas pedagógicas adequadas a educação para as relações etnicorraciais.
- c) Prover as bibliotecas e as salas de leitura de materiais didáticos e paradidáticos sobre temática Etnicorracial adequados à faixa etária e à região geográfica das crianças.
- d) Incentivar e garantir a participação dos pais e responsáveis pela criança na construção do projeto político pedagógico e na discussão sobre a temática etnicorracial.
- e) Abordar a temática etnicorracial como conteúdo multidisciplinar e interdisciplinar durante todo o ano letivo, buscando construir projetos pedagógicos que valorizem os saberes comunitários e a oralidade, como

instrumentos construtores de processos de aprendizagem. f) Construir coletivamente alternativas pedagógicas com suporte de recursos didáticos adequados e utilizar materiais paradidáticos sobre a temática. g) Propiciar, nas coordenações pedagógicas, o resgate e acesso a referências históricas, culturais, geográficas, lingüísticas e científicas nas temáticas da diversidade. h) Apoiar a organização de um trabalho pedagógico que contribua para a formação e fortalecimento da auto-estima dos jovens, dos(as) docentes e demais profissionais da educação (BRASIL, 2009, p. 47 – 48).

Sendo assim, como já discutimos anteriormente, cabe aos poderes públicos oferecerem as instituições de ensino as condições necessárias para a real implementação das mudanças estabelecidas nas Leis 10.639/03 e 11.645/08, para que assim, com formação inicial e continuada e materiais didáticos e paradidáticos adequados, os professores possam realizar um trabalho relevante e satisfatório em sua sala de aula. Pois, a luta depende a ação de todos onde não há como trabalhar de forma individual, como foi dito anteriormente, é necessário a ação do governo, das secretarias, dos gestores e administradores escolares, para então chegarmos à ação docente e a construção do conhecimento por parte dos alunos.

Necessário se faz que cada um comprometa-se a realizar a parte que lhe cabe para que assim sigamos na construção de uma educação intercultural, ou seja, que valorize a diversidade, a cultura e a diferença de cada um promovendo a boa relação entre elas, a troca de vivências e conhecimentos.

1.4.1 Regulamentação Estadual

Diante da necessidade de cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e das disposições contidas nas Diretrizes Curriculares, em Junho de 2010 o Conselho Estadual de Educação da Paraíba regulamentou as Diretrizes Nacional, tornando-as válidas também para o sistema de ensino do nosso estado. Assim, como posto na regulamentação do parecer 149/2010, as Diretrizes estaduais visam à adoção de:

(...) Políticas afirmativas direcionadas para o reconhecimento e valorização da história, culturas e identidades desses segmentos populacionais bem como para reparações contra a sua histórica ocultação didático-pedagógica na educação brasileira. Para um alcance maior, o Conselho sinaliza a necessidade de (re) educar as relações étnico-raciais presentes não só na Escola, mas também na sociedade abrangente, combatendo-se estigmas, estereótipos, preconceitos e discriminações e construindo relações baseadas na cosmovisão dos Direitos Humanos (PARAÍBA, 2010, p. 5).

Desse modo, através desta regulamentação, o estado reconhece a necessidade de cumprir o que esta dito nas leis pertinentes buscando assim a promoção de um modelo de

educação voltado para a (re)educação das relações etnicorraciais, que valorizem e considerem os Direitos Humanos de cada cidadão e respeite-o como tal.

A Regulamentação do estado da Paraíba também pauta-se pelo o reconhecimento e valorização da “(...) longa história de lutas dos negros por sua liberdade, desde o período colonial. Após a abolição da escravatura [e as lutas do Movimento Negro que] se constitui enquanto tal e reivindica melhores condições de vida, entre as quais acesso à educação e cultura” (PARAÍBA, 2010, p. 6). E mais uma vez é afirmado à importância dessas políticas de reparações em âmbitos nacionais, estaduais e municipais.

Nesse sentido, além de afirmar concordar com tudo que esta posto nas Diretrizes, podemos ressaltar importância que se faz da realização de uma:

Formação Inicial e Continuada de Docentes; Apoio didático-metodológico a docentes da educação básica; Recursos didáticos; Informação, pesquisas e divulgação; Avaliação das Políticas Institucionais e Escolares; Suporte Institucional, de Recursos Materiais e Humanos e de Condições Financeiras (PARAÍBA, 2010, p. 12 – 13).

Não podemos esquecer que uma lei seja qual for, é considerada morta quando permanece apenas no papel, é preciso que seja posta em prática como realmente deve ser. Não desconsideramos a importância do reconhecimento das mesmas pelo o Estado, mas é preciso está atento para o fato da necessidade de tirá-las do papel e levá-las para dentro de nossas escolas, trabalhá-las em nossas salas de aula com nossos alunos.

As relações etnicorraciais não estão presentes apenas dentro dos muros de nossas escolas, mas permeiam toda nossa sociedade como um todo, diante disso, torna-se cada dia mais urgente a necessidade de trabalharmos com nossas crianças a valorização e respeito ao outro, só assim poderemos contribuir com a formação de cidadãos mais humanos.

1.4.2 Regulamentação Municipal

No ano de 2010, através da Resolução nº 087, o município de Campina Grande regulamentou as Diretrizes Curriculares Nacional. A partir de então passava a ser considerada referência para todo o sistema municipal de ensino da cidade as orientações contidas no referido documento. Em seu preâmbulo considerava como fundamental uma série de outros documentos, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos a Declaração sobre Diversidade Cultural aprovada pela UNESCO em novembro de 2001, além da Lei 11.645 de março de 2008.

A Regulamentação do município de Campina Grande afirma reconhecer a Resolução nº 198/2010, que por sua vez regulamenta as DCNs no Estado da Paraíba, afirma que o “conteúdo será reproduzido de forma literal, ou adequado à realidade do sistema municipal” (p. 3). Ou seja, todo o conteúdo presente na regulamentação estadual foi reafirmado pela Resolução municipal de Campina Grande, sendo apenas em alguns casos, adequado à realidade do município de Campina Grande. Nessa perspectiva, a referida Resolução afirma em seu artigo 2º que:

A Educação das Relações Étnico-Raciais e a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Cultura e História Indígena são constitutivas da Educação em Direitos Humanos, nos marcos do Estado Democrático de Direito, e se assentam nos princípios de diversidade e do pluralismo cultural, como pressupostos do reconhecimento e respeito à dignidade da pessoa humana e à sua identidade cultural, bem como da igualdade de valorização das várias culturas que compõem a formação social brasileira (CAMPINA GRANDE, 2010, p. 3 – 4).

Dessa maneira, destaca a importância do trabalho voltado para esta temática em todo o município de Campina Grande – PB e a adota a obrigatoriedade deste ensino em todos os estabelecimentos de Ensino Fundamental, incluindo todas as modalidades de ensino. Dentre os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana orientados no documento destacam-se:

I. O estudo da história da África e dos africanos; II. As lutas dos negros por sua liberdade e melhores condições de vida, contra estigmas, preconceitos, discriminações e racismo; III. As diversas culturas afro-brasileiras; IV. A sua participação, contribuições e valorização na formação e configuração da sociedade brasileira, em seus múltiplos aspectos (sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos) (CAMPINA GRANDE, 2010, p. 4).

Determinados conteúdos, devem ser adequados pelas instituições de ensino, de acordo com a realidade de cada uma, contando com a participação de seus vários segmentos, e o apoio e supervisão do Sistema Municipal de Ensino. Neste caso, caberá ao Sistema Municipal oferecer a todas as instituições escolares o apoio necessário, disponibilizando aos professores a formação didático-metodológica e material para a realização do mesmo, pois, não basta que as instituições ou professores desejem cumprir a Lei se não tiverem como cumpri-la.

2. EDUCANDO PARA UM MUNDO PLURAL: PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS

(...) Trata da singularidade do Brasil, na forma como aqui se apresenta uma população de origem diversificada, portadora de culturas que se preservaram em suas especificidades, ao mesmo tempo em que se amalgamaram em novas configurações. Trata de estruturas que são comuns a todos, dos entrelaçamentos socioculturais que permitem valorizar aquilo que é próprio da identidade de cada grupo, e aquilo que permite uma construção comum, onde cabe pronunciar o pronome “nós”. O objetivo didático, assim, é oferecer conteúdos que possibilitem aproximações da noção de igualdade quanto aos direitos, quanto à dignidade e que embasem a valorização da diversidade cultural.

PCNs Pluralidade, Vol. 10

Trabalhar a diversidade étnico-racial na escola nunca foi tarefa fácil, e talvez assim permaneça por mais algum tempo. Talvez nunca seja algo fácil, pois se trata de trabalhar com os valores sociais de cada ser humano e com sua capacidade de aceitar que o outro, possui a dignidade de usufruir dos mesmos direitos e deveres, independente de suas diferenças. Nesse sentido, como já foi bastante discutido no capítulo anterior, há uma série de Leis que garantem esses direitos iguais a qualquer cidadão independente de sua diferença de raça, cor, sexo ou religião, uma delas é a Constituição Brasileira de 1988 que tornou-se um marco na história do Brasil, o primeiro passo de reconhecimento da pluralidade presente em nosso país.

Apesar disso, o preconceito que está arraigado em muitos de nossos pensamentos e atitudes, mesmo que muitas vezes não o percebamos. Afirmamos não possuir preconceito algum, mas ao nos depararmos com uma pessoa negra, com vestes degradadas devido a seu trabalho ou pouca condição financeira, mudamos logo de calçada com medo de um assalto ao algo semelhante. Preconceito este que leva uma criança pequena se recusar pegar na mão de seu colega negro por afirmar ser suja. Situações estas, nos fazem questionar: Porque agimos assim, se afirmamos respeitar todas as pessoas, independente de raça, cor e condição sócio-econômica.

Nesse contexto, considerando que o preconceito é algo que está presente em nosso país durante séculos e, que há pouco tempo políticas afirmativas vem tentando retirá-lo de nossa sociedade – algo que não será muito fácil, pois trata-se de algo construído durante séculos – faz

necessário que a escola, como instituição social contribua de forma significativa com ações de desconstrução de estereótipos e de valorização da diferença.

Desse modo, este capítulo tem o objetivo de discutir a importância da ação escolar no trabalho com as diferenças. Para tanto, é preciso que entendamos alguns conceitos relacionados a diversidade étnico-racial e seus desafios no mundo atual, com vistas na desmistificação dos olhares e desconstrução dos (pré) conceitos existentes em nossa sociedade. Após essa discussão, iremos tratar da prática docente e sua importância no processo de implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nas instituições escolares, como também na reeducação das relações étnico-raciais.

2.1 Diversidade étnico-racial: conceitos e desafios

Para início de conversa, é importante destacar os conceitos que o próprio título traz: “diversidade”. Assim como o próprio nome já deixa claro, refere-se à presença da diferença. Segundo o Dicionário Aurélio (2001, p. 242): “diverso [significa] diferente, distinto, variado, mudado, alterado, discordante, divergente.” Ou seja, tratar da diversidade na sala de aula, é reconhecer a presença do diferente em nosso meio e buscar formas de mostrar para nossos alunos a importância e contribuição dessa diferença para nossa formação pessoal.

Já com relação à palavra “étnico-racial”, necessário se faz nos remetermos aos conceitos de “raça” e “etnia” para então entendermos o porquê da junção dessas duas denominações. O termo “raça” foi utilizado pela primeira vez no século XVII, “no processo de disputas de grupos sociais europeus, para justificar a hegemonia de um grupo sobre outro. Mais tarde, no processo neocolonialista, os europeus também o utilizariam com justificativa para invasões territoriais” (BRASIL, 2010, p. 349).

Desse modo, defendia-se uma classificação científica, distinguindo a raça branca europeia como civilizada e as demais raças como “não civilizadas”, ou seja, inferiores a ela, os “não brancos” – africanos e indígenas - não eram considerados seres humanos dignos, de modo que não tinham os mesmos direitos que os europeus.

A partir da segunda metade do século XIX esta concepção que discriminava os povos por sua raça, vem sendo modificada de forma bastante significativa. Durante o século XX, devido a uma série de avanços da ciência, mais especificamente no campo da genética, afirmou-se a inexistência de raças, defendendo que biologicamente todos os seres humanos fazem parte de “uma só raça”, denominada por Charles Darwin de “Homo Sapiens Sapiens”.

Porém, atualmente, este termo ainda é utilizado, mas com outro sentido, sendo assim reintroduzidas “(...) no cenário dos movimentos sociais anti-racistas, quando se adotou o conceito étnico-racial, no sentido de reafirmar uma identidade política de luta por direitos e territórios” (BRASIL, 2010, p. 349).

O conceito de “etnia”, segundo Aurélio (2001, p. 300) refere-se a: “população ou grupo social que apresenta homogeneidade cultural e linguística, compartilhando história e origem comuns”. Ou seja, trata-se de um grupo que compartilha de algo em comum.

O termo diversidade étnico-racial, irá tratar de questões relacionadas da junção destes três conceitos, da diversidade de pessoas, grupos e raças, modos de pensar, viver e sentir diferentemente de outros, onde todos possuem os mesmos direitos e deveres e que devem ser respeitados da forma que são.

Para o trabalho com a diversidade étnico-racial, necessário se faz que entendamos outros termos constantemente presentes em meio a essa discussão, dentre eles, os conceitos de cultura, etnocentrismo, estereótipo, preconceito, discriminação e relativismo.

O termo cultura, assim como o conceito de raça, possuiu uma diversidade de conceitos ao longo do tempo, mais particularmente no período de mudança de formação tradicional para a modernidade. Moreira (2008, p. 26 – 27) sintetiza tais mudanças ocorridas ao longo do tempo:

O primeiro e mais antigo significado de cultura encontra-se na literatura do século XV, em que a palavra se refere ao cultivo da terra, de plantações e de animais. (...) O segundo significado emerge no início do século XVI, ampliando a ideia de cultivo da terra e de animais para a mente humana. Ou seja, passa-se a falar em mente humana cultivada (...). No século XVIII, consolida-se o caráter classista da ideia de cultura, (...) o sentido de cultura que ainda hoje é associada às artes, tem sua origem nessa segunda concepção: cultura, tal como as elites a concebem, corresponde ao bem apreciar música, literatura, cinema, teatro, pintura, escultura, filosofia. (...) Já no século XX, a noção de cultura passa a incluir a cultura popular, hoje penetrada pelos conteúdos dos meios de comunicação de massa. Um terceiro sentido da palavra cultura, originado do Iluminismo, a associa a um processo secular geral de desenvolvimento social (...). Em um quarto sentido, a palavra “culturas” (no plural) corresponde aos diversos modos de vida, valores e significados compartilhados por diferentes grupos (nações, classes sociais, grupos étnicos, culturas regionais, geracionais, de gênero etc).

Como vimos, o conceito de cultura passou por um processo de modificação ao longo do tempo e hoje, consideramos aqui cultura como uma “forma geral de vida de um dado grupo social, com as representações da realidade e as visões de mundo adotadas por esse grupo” (MOREIRA, 2008, p. 27). Desse modo, cada vez que citarmos esta palavra durante a discussão, estaremos nos referindo ao conceito de cultura como modo de ser, viver, pensar, sentir e agir de cada ser humano.

Ao nos reportarmos a aceitação de cultura, não podemos esquecer o conceito de etnocentrismo, pois, trata-se de algo que está inserido nas relações de todo ser social e no processo de aceitação (ou não) do diferente em seu convívio. Pois, como afirma Nepomuceno (2008, p. 2):

Além da fome, da miséria, das doenças, da desigualdade, um dos graves problemas que o mundo contemporâneo enfrenta é a convivência e a tolerância entre os povos. A dificuldade em encarar a diversidade humana conduz à negação dos valores culturais alheios em detrimento da superioridade do grupo do eu, visão e atitude que chamamos de *etnocentrismo*.

Desse modo, etnocentrismo é concebido como uma visão de mundo onde o “nosso grupo” é considerado como o centro, o correto, o melhor de se viver, e tudo passa a ser pensado a partir do que “nós” pensamos ser, do que “nós” achamos ser correto, ser melhor. Assim, é possível considerar que a dificuldade de aceitação e convivência entre os diferentes é algo que está presente desde os primórdios do homem, a exemplo da história do Brasil, onde os europeus denominavam os nativos africanos e americanos de selvagens, considerando-os um povo “sem cultura, sem alma, sem voz”.

No entanto é preciso lembrar que o etnocentrismo é uma maneira de pensar e agir comum a todas as pessoas, sendo assim, uma tentativa de manter seus valores e assim, preservar sua identidade cultural. “O etnocentrismo necessariamente não atribui ou determina níveis de superioridade de um povo sobre outro, toma a diferença como critério de julgamento, assim o outro passa a ser considerado estranho, nojento, ridículo (...)” (NEPOMUCENO, 2008, p. 3).

Nessa perspectiva, as diversas situações de preconceito, estereótipos e discriminações raciais existentes em nossa sociedade são originadas do processo de não aceitação do outro e, conseqüentemente, de sua diferença. Preconceito, como a própria palavra diz, refere-se a um conceito pré-estabelecido de algo ou de alguém, sem o devido conhecimento. Já o estereótipo

(...) funciona como um carimbo que alimenta preconceitos ao definir a priori que são e como são as pessoas. Sendo assim, o etnocentrismo se aproxima também do preconceito que, como diz a palavra, é algo que vem antes (pré) do conhecimento (conceito). [Desse modo] se o estereótipo e o preconceito estão no campo das ideias, a discriminação esta no campo da ação, ou seja, é uma atitude. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Nessa perspectiva, a omissão e a invisibilidade também são consideradas atitudes, também se constituem em discriminação (BRASIL, 2009, p.26 - 27).

Diante disso, necessário se faz que haja em nós e em nossa sociedade, a consciência de que precisamos buscar entender o outro independente de sua diferença e respeitá-lo como tal,

ou seja, a busca pelo relativismo, pela superação do etnocentrismo, considerando que cada povo construiu seu modo próprio de vida a partir da tentativa da satisfação de suas necessidades.

Na realidade, torna-se essencial o despertar da consciência de cada um para a necessidade da presença do respeito e valorização de todo ser humano, considerando-os dignos de direitos de voz, pensamentos e ações sobre sua atual condição de sujeito na sociedade em que vive.

O relativismo cultural nos ensina a compreender que a diferença deve ser tomada como sinônimo de diversidade e nunca de desigualdade; que não devemos usar os padrões da nossa própria cultura para julgar os padrões culturais de outro grupo. (...) O relativismo é uma postura, uma visão, uma filosofia que se pauta no pressuposto de que não existe verdade absoluta, que qualquer prática é válida (NEPOMUCENO, 2008, p. 5 – 6).

Nesse sentido, assim como afirmamos anteriormente, é importante a constante busca e o uso do relativismo cultural nas relações sociais, de modo que se possa aprender com as diferenças de vivências, pensamentos, crenças e atitudes do outro, ou seja, daquele que vive em uma cultura diferente da nossa e, que, com ele, se possa aprender o respeito ao outro e a troca de experiências, num processo de reciprocidade.

Ao experienciar o respeito às diferenças, o professor poderá melhor ensinar o mesmo a seus alunos, a respeitar a diversidade - que muitas vezes encontra-se presente dentro de nossa própria sala de aula - e a ver a diferença como algo positivo para a formação individual de cada um e não como algo ruim a ser ignorado. Desse modo, contribui-se para o verdadeiro reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial. Pois, se buscamos uma sociedade que valorize essa diversidade, não podemos esquecer o papel da escola como instituição social.

Apesar de o Brasil apresentar, em sua face externa, a imagem do país da diversidade. Por vezes, e não em poucos casos, algumas diferenças viram sinônimos de defeitos em relação a um padrão dominante, considerado como parâmetro de “normalidade”. Quando o assunto é diversidade, há sempre um “mas”, um “também” (BRASIL, 2009, p. 20).

Ao afirmar isso, o texto acima nos leva a questionar o porquê que a diferença em nosso país, muitas vezes torna-se motivo de contradição e é considerada como algo errado diante do padrão dominante de nossa sociedade. Ao afirmar que há sempre um “mas” [e] um “também.” O texto refere-se aos discursos comuns que transferem a responsabilidade de muitas situações para a vítima de tal acontecimento. Em outras palavras, quando as diferenças tornam-se

visíveis, o discriminado passa a ser tratado como culpado pelo próprio ato de discriminação, pela própria ação que sofreram e o estado em que se encontram.

Dessa maneira podemos observar, o que infelizmente ainda é muito constante em nossa sociedade, que nunca nos enxergamos como culpados por diversas situações de nosso cotidiano, sempre encontramos uma forma de afirmar que “não tivemos intenção, nunca imaginamos que isso pudesse acontecer ou afirmamos que a própria pessoa provocou tal situação” assim como asseguramos não possuir nenhum tipo de preconceito em nossos atos, palavras ou pensamentos.

Diante disso, a ação do educador é fundamental na busca de uma real alteração desta realidade, de uma educação que priorize a diversidade étnico-racial e que respeite cada um. Para isso, necessário se faz que entendamos um pouco do que se trata a Diversidade étnico-racial e os conceitos que devem estar presentes no trabalho com essa temática em sala de aula, para assim, reconhecermos os desafios a serem enfrentados por cada um de nós.

2.2 Educação como Exercício da Diversidade: desmistificando olhares e desconstruindo (pré) conceitos

A escola e outras instituições sociais e educativas da sociedade civil refletem em suas estruturas quer organizacionais, pedagógicas ou administrativas as demandas sociopolíticas e sócio-históricas advindas da sociedade como um todo. Expressam no seu cotidiano as tensões e contradições de um País historicamente marcado pelo racismo e pelas várias formas de discriminação e exclusão social (...). É preciso, contudo, a erradicação de práticas sociais discriminatórias e racistas do espaço escolar formal. É preciso ouvir e reconhecer as expressões de culturas daqueles que ao longo da nossa história foram alijados e marginalizados da sua cidadania (SÃO PAULO, 2008, p. 107).

As Orientações Curriculares, intituladas “Expectativas de aprendizagem para a Educação Étnico-Racial”, elaborada em São Paulo, parece estimular a discussão acerca de práticas discriminatórias na realidade escolar. A citação reflete muito bem essa realidade de modo que a estrutura escolar conjectura as situações advindas da sociedade ao qual fazemos parte e conseqüentemente expressam atitudes marcadas pelo racismo e por várias formas de discriminação e exclusão.

Não se pode considerar a escola como algo que diverge da sociedade em que vivemos, mas como uma instituição social que reflete determinados pensamentos e práticas sociais e que tendo consciência disso, deve buscar um trabalho que priorize a desmistificação de olhares preconceituosos, que julgam pela aparência, pela cor da pele ou pelo estilo de cada ser

humano. Só assim, estaremos contribuindo com a desconstrução destes (pré) conceitos, muitas vezes encarado como rótulo antes mesmo que tenhamos acesso a verdadeira realidade.

“É preciso ouvir e reconhecer as expressões das culturas daqueles que ao longo da nossa história foram alijados e marginalizados da sua cidadania” (SÃO PAULO, 2008, p. 107). Ou seja, é preciso que se saiba reconhecer e valorizar a cultura de cada um, em nosso caso, de forma específica a dos afrodescendentes que durante muitos séculos foram marginalizados e excluídos de nossa sociedade, onde por muitas vezes foram desconsiderados seus direitos de cidadão.

Nesse sentido, se faz necessário que a escola priorize atitudes que busquem o reconhecimento das diversas culturas presentes em nosso país e que ofereça a cada uma delas o direito de voz, ou seja, o direito de ser vista, trabalhada e valorizada como qualquer outra cultura presente em nossos conteúdos escolares.

Durante muito tempo, vem se desconsiderando a presença de outras culturas em nossa história e em nossos currículos escolares, aonde a única cultura que vem sendo vista e trabalhada nas escolas é cultura européia. Situação esta que precisa ser modificada, pois, não podemos desconsiderar a presença do povo africano e indígena na formação do povo brasileiro. Desse modo, a instituição das Leis 10.639/03 e 11.645/08 muito contribuem para esta modificação dos currículos escolares, pois, torna clara a importância da inserção destes conteúdos.

Não se pretende aqui, tornar presente a atitude etnocêntrica de forma contrária, ou seja, supervalorizar a cultura africana e afrobrasileira e esquecer a presença européia na formação de nossa cultura e valores - pois, é evidente que ela está fortemente presente em nosso meio - desejamos apenas que as culturas africana e indígena também sejam aprendidas pelos alunos como algo que muito contribuiu e que também se encontra presente em nossos modos de ser e viver.

É preciso que os atuantes do ambiente escolar, os responsáveis por seu currículo tenham consciência da necessidade urgente de mudança nos conteúdos e na forma como vem sendo trabalhada a história do Brasil, pois, ainda é muito forte a presença apenas dos europeus em todos os conteúdos enquanto os africanos resumem-se ao momento da Escravidão e os Indígenas a chegada dos portugueses ao Brasil, o que nos faz questionar: o que aconteceu com eles após esses acontecimentos? Desapareceram? É claro que não, mas para nossos alunos sim. Sendo assim, nenhum deles terá orgulho de se afirmar como afrodescendente ou de origem indígena porque ninguém desejará se comparar a algo ruim.

Desse modo, em nosso caso, daremos mais ênfase ao povo africano, pois nossa pesquisa é baseada neste tema e a cultura desse povo sendo ela, uma das que mais buscaram silenciar ao longo da história focando apenas no negro como escravo, submisso e que após a Lei Áurea – em que os alunos aprendem que a Princesa Isabel foi uma heroína por assiná-la – os negros desaparecem da história do Brasil como se sua presença não estivesse em nosso meio e sua cultura presente em cada um de nós.

Partindo desse pressuposto, Machado (2002) afirma que: “(...) a desnaturalização da cultura escolar dominante nos sistemas de ensino se faz urgente e se articula à necessidade de se buscarem novos caminhos para incorporar positivamente a diversidade cultural no cotidiano escolar” (p. 51). Ou seja, é urgente a presença de currículos pelos quais os conteúdos diários valorizem a presença da diversidade cultural de nosso povo e conseqüentemente, de nossos alunos.

De modo que cada cultura passe a ser vista através de sua real importância e valorizada como tal e que nossos alunos tenham acesso a real história de nosso país e a contribuição de todos os povos para a construção de nossa sociedade, uma sociedade múltipla, plural, miscigenada, multifacetada, em que a diversidade étnico-racial esta claramente presente em nossas casas, em nossa família, em nossas escolas, assim, não podemos negá-la e sim valorizá-la.

2.3 Prática Docente: Conceitos e Concepções

No que implica a prática docente? A prática docente implica na ação do professor diante da realidade a ele oferecida, significa tratar do fazer docente de forma crítica e reflexiva acreditando que, como afirmava Paulo Freire, haverá uma busca de transformação, onde não estamos no mundo apenas para nos adaptar a ele, mas para agir diante da realidade que vivemos:

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes (FREIRE, 2000, 17).

Nesse sentido, trataremos aqui das questões voltadas para a prática docente, destacando a princípio seus conceitos e concepções para logo após iniciar a discussão sobre sua importância para a formação de alunos críticos e participativos.

Assim, como o próprio nome deixa claro, prática refere-se a todo ato ou efeito de praticar algo, seja ele um pensamento, sentimento ou teoria, trata-se então da parte concreta de algo e Docente é uma nomenclatura utilizada para definir quem ensina, ou seja, o professor. Desse modo o termo “Prática Docente” discutido a seguir, faz referência à prática utilizada pelo professor em sala de aula, a sua forma de agir, atuar e desenvolver os conteúdos presentes no currículo. Como também a postura deste docente diante da realidade que atua.

Como já discutido anteriormente, por volta do século XIX a escola era vista como uma instituição que deveria da continuidade ao saberes iniciados pela família, ou seja, reproduzir os conteúdos e práticas necessários da época no que se referia aos valores morais e aos estilos de vida. Assim, ao professor, era atribuído o papel de nada mais nada menos que repassar os valores atuais da sociedade e transmitir os conteúdos de forma mecânica e repetitiva sem a mínima reflexão ou uso do senso crítico.

Ao professor não cabia ao papel de planejar e dá suas aulas da forma que julgasse melhor para seus alunos, devia apenas impor modelos preestabelecidos e estimular a obediência e a memorização. Os alunos jamais tinham a oportunidade de considerar o professor como alguém que os ajudaria a crescer através do conhecimento de modo prazeroso, pois, lhe viam como alguém que deviam respeito e obediência, de modo que, a expressão de qualquer aproximação ou atitude que transparece uma discordância de algo, fazia com que os alunos recebessem uma série de castigos como a famosa palmatória. Sendo assim, os discentes temiam seus professores e não buscavam nenhum tipo de aproximação a não ser a necessária para a transmissão do conteúdo.

Essa concepção da educação perdurou durante épocas, onde o aluno não possuía o direito de participação, ou seja, o direito de atuar na construção de seu próprio conhecimento, no entanto, com a contribuição de Freire (1991), este modelo de ensino foi se modificando ao longo do tempo até chegar aos dias atuais.

Ao afirmar que “Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (Paulo Freire, in Educação na cidade, 1991). Paulo Freire deixa claro a sua preocupação em formar alunos pensantes, críticos e conscientes da realidade em que vivem, ou seja, alunos ativos diante da realidade social em que vivem e participantes na construção de seu conhecimento, deixando de serem cidadãos conformados com o modo em que vivem e meros receptores do ensino tradicional.

Desse modo, Paulo Freire rompe com o pensamento tradicional e luta por uma educação que valorize o aluno e seu modo de viver, pensar, agir e atuar sobre sua realidade. Em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (2002) ele fala da importância de:

Ensinar e, enquanto ensino, testemunhar aos alunos o quanto me é fundamental respeitá-los e respeitar-me são tarefas que jamais dicotomizei. Nunca me foi possível separar em dois momentos o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos. A prática docente que não há sem a discente é uma prática inteira. O ensino dos conteúdos implica o testemunho ético do professor. A boniteza da prática docente se compõe do anseio vivo de competência do docente e dos discentes e de seu sonho ético (p.58).

E ao afirmar isto, ele defende o fato de que “não há docência sem discência” sendo assim, ambos são essenciais na construção do conhecimento e não há como o professor desconsiderar a realidade e os interesses de seus alunos. Para que o verdadeiro conhecimento aconteça, é preciso haver a colaboração e valorização de ambos.

Assim, defendemos aqui que a melhor prática docente é aquela que valoriza o aluno como sujeito de sua história e não como coadjuvante prática essa, em que o professor considera os pensamentos e implicações de seus alunos e os ajuda a buscar mais, a crescer, a progredir de forma crítica e consciente.

Neste mesmo livro, Freire enfatiza o quão é importante à ação do professor na sala de aula e na vida de seus alunos e que, uma pequena atitude do docente poderá fazer uma grande diferença na vida de seu aluno, mesmo que o mesmo, no momento, não perceba. Diferença essa que poderá estimulá-lo a buscar mais pelo caminho da educação ou levá-lo a desistir do mesmo. Ao referir-se a uma situação por ele vivenciada em sua época escolar, ele exemplifica muito bem o peso que o fazer docente tem na vida de seus alunos.

Às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor. O que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora ou como contribuição à do educando por si mesmo. Nunca me esqueço, na história já longa de minha memória, de um desses gestos de professor que tive na adolescência remota. Gesto cuja significação mais profunda talvez tenha passado despercebida por ele, o professor, e que teve importante influência sobre mim. Estava sendo, então, um adolescente inseguro, vendo-me como um corpo anguloso e feio, percebendo-me menos capaz do que os outros, fortemente incerto de minhas possibilidades. Era muito mais mal-humorado que apaziguado com a vida. Facilmente me eriçava. Qualquer consideração feita por um colega rico da classe já me parecia o chamamento à atenção de minhas fragilidades, de minha insegurança. O professor trouxera de casa os nossos trabalhos escolares e, chamando-nos um a um, devolvia-os com o ser ajuizamento. Em certo momento me chama e, olhando ou re-olhando o meu texto, sem dizer palavra, balança a cabeça numa demonstração de respeito e de consideração. O gesto do professor valeu mais do que a própria nota dez que atribuí à minha redação. O gesto do professor me trazia uma confiança ainda obviamente desconfiada de que era possível trabalhar e produzir. De que era possível

confiar em mim, mas que seria tão errado confiar além dos limites quanto errado estava sendo não confiar (p. 24 – 25).

Ao retratar essa história por ele vivida em seu período escolar, Paulo Freire destaca o quanto um simples gesto do professor pode (ou não) demonstrar confiança, apoio, atenção, mostrar que o aluno é capaz de buscar mais, ser mais e desejar algo mais para sua vida.

Quantas vezes, muitos de nossos alunos, veem a escola como um refúgio, um lugar onde se sentem seguros, onde sabem que lá existe alguém que confia neles. Quantas vezes muitos desses alunos vivem tristes realidades em seus ambientes familiares e vão à escola na esperança de encontrar naquele ambiente algo melhor pra si. Muitas vezes... E quantas vezes, nós professores agimos de modo a motivá-los a lutar por algo melhor na certeza de se continuarem buscando eles conseguirão?

É baseada nesta reflexão que continuamos a discussão a seguir, deixando claro do quanto à ação do educador pode contribuir com a formação de uma sociedade mais justa e que respeite e valorize o outro. Pois, do mesmo modo que questionamos as inúmeras vezes que nossos alunos comparecem a escola com a esperança de algo melhor, poderemos questionar também por quantas vezes a valorização do negro foi um tema abordado na sala de aula e por quantas vezes o professor contribuiu para a desconstrução de um preconceito que encontra-se arraigado dentro de cada um de nós, causando dor e sofrimento para muitas pessoas e muitas crianças que sofrem racismo dentro do seu ambiente escolar, crianças que muitas vezes não tem nem conhecimento ainda do que é ser diferente e não sabem se defender de determinadas situações.

São em situações como essas que se torna urgente à ação do professor, ação que contribua na construção de cidadãos que valorizem o outro independente de sua diferença, independente de sua raça e de sua cor. Pois, se durante séculos foi construído um modelo de sociedade em que o negro foi visto como sujo, ruim e incapaz, necessário se faz que essa concepção seja modificada e nada melhor do que a ação do professor nesta luta. Pois, “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67).

2.4 A Contribuição da Prática Docente para a Educação das Relações Etnicorraciais

No atual contexto, a escola é concebida como um ambiente onde professores e alunos podem estabelecer uma troca mútua de conhecimentos, ao passo que, ao ensinar o professor aprende com seus alunos. Razão pela qual uma prática docente preocupada com a verdadeira

formação do cidadão e comprometida em atuar na sociedade de modo positivo fará uma grande diferença no ambiente escolar e na sociedade ao qual fazemos parte.

Assim, afirmamos aqui o quanto à participação ativa do professor poderá contribuir para a reeducação das relações etnicorraciais, ou seja, contribuir com a formação de identidades, identidades essas que tenham conhecimento de seu pertencimento étnico-racial e se orgulhem de ser parte dele sem desconsiderar a importância da cultura do outro.

No entanto, só poderemos contribuir com a formação destes cidadãos, se tivermos conhecimento da diversidade de culturas presentes em nosso país para então passar tais conhecimentos para eles. Em nosso estudo, tomamos como referência a história e cultura africana e afrobrasileira que infelizmente, ainda é pouco contemplada em nossos currículos escolares e pouco discutida nas salas de aula, necessitando de uma maior atenção por parte dos responsáveis pela instituição e dos professores em suas práticas.

“O professor passa a ter o papel fundamental de mediador na construção das relações interculturais, promovendo processos de interação entre os alunos e o conhecimento” (CAVALCANTE, 2010, p. 40). Sendo assim, é essencial que o professor considere a realidade diversificada de seus alunos e se preocupe em promover boas relações entre eles, ou seja, relações interculturais, troca entre as culturas e reconhecimento do valor da cultura de cada um. Só assim, haverá uma boa relação entre os diferentes, independente de serem descendentes de brancos, negros ou indígenas.

Entretanto, não se pode exigir do professor determinada prática se o mesmo não teve acesso à determinada temática em sua formação e não possui um domínio do conteúdo que deverá ser trabalhado. Infelizmente, a realidade que encontramos é que, segundo Gomes e Martins (2009 p. 87):

Nem sempre a Academia prepara professores especificamente para essa formação sobre História da África e Culturas Afro-Brasileiras, porque parece não ter o olhar voltado para essa realidade, como conhecimento válido ou merecedor de estudos e reflexões. (...) Este é um dos problemas: a inserção da temática étnico-racial e africana, mesmo no contexto da Lei nº 10.639/03, ainda é feita como uma exceção à regra. Geralmente, essa é conduzida, se existe, tanto na Escola Básica quando em cursos de graduação e pós-graduação, um docente ou um coletivo de profissionais que trabalha e pesquisa a temática ou que assume um compromisso político com ela, devido a sua história de vida e opção política de combate às desigualdades. Ou seja, o trabalho com a Lei nº 10.639/03 ainda é restrito à boa vontade, ao desejo ou ao compromisso individual de docentes e pesquisador.

Ou seja, o trabalho com a temática afrobrasileira infelizmente não é algo comum a todos os professores, sejam eles de educação básica, graduação ou pós-graduação. Determinado trabalho torna-se restrito a certa pessoa ou grupo que possui afinidade com o

tema ou um compromisso político com a causa. Sendo assim, existem muitas lacunas a serem preenchidas quando se trata da formação do professor nesta área.

Quando “(...) o (a) docente pesquisador (a) ou o coletivo de profissionais que articula tal discussão na escola e no curso de graduação e pós-graduação se ausenta, muda de instituição ou se aposenta a discussão não tem continuidade” (GOMES; MARTINS, 2009, p. 90). Descaracterizando assim o que está determinado nas Leis 10.639/03 e 11.645/08 que os conteúdos referentes à história e cultura africana e afrobrasileira devem ser inseridos obrigatoriamente nos currículos escolares de toda educação básica, assim, tais conteúdos não devem ser restritos a um único professor da escola que trabalha com uma única turma.

Necessário se faz que haja em toda a rede de ensino – municipal, estadual ou privada - uma formação inicial e continuada para os professores de modo a capacitá-los para então ensinarem esses conteúdos em sua sala de aula, trabalhando assim com o outro lado da história que infelizmente ainda encontra-se velada por uma história que supervaloriza a cultura europeia.

Os professores precisam, urgentemente, se preocuparem com a formação do ser humano em si e não somente com o repasse de conteúdos mecânicos e a inclusão da história e cultura africana e afrobrasileira nos currículos nos remete a essa educação, pois assim, estaremos promovendo o conhecimento das outras culturas que fazem parte de nosso país e incentivando o respeito à cada uma delas, ou seja, a criação de valores. Assim, nos remetemos à citação de Prazeres onde afirma que:

Para que a educação comece a surtir efeitos, é preciso ir além das fórmulas de Química, dos teoremas da Matemática, das regras da Gramática e das datas da disciplina de História, uma vez que isso não transforma vidas. Alunos não são e nem devem ser depósitos de informações, mas monumentos a serem esculpidos, cidadãos a serem formados. Para isso, é necessário um pouco mais de humanismo, de valores nos conteúdos de sala de aula para que professores e alunos não continuem sendo agredidos e até mortos dentro da escola. Essa instituição que deveria ser o centro da formação humana e cidadã está tendo o chão manchado por sangue humano. (...) Neste sentido, os tempos que estamos vivendo não deve ser motivo de desespero ou espanto, mas de alerta e de avaliação de nossas práticas em sala de aula. O que estamos ensinando? Como estamos ensinando? O que realmente serve para a vida? Com o que eu mais me preocupo, com meu aluno com os resultados, com as estatísticas? Talvez a falta de um tratamento mais humanizado para com o outro dentro da escola seja a causa de tantas contradições em função da escola e do que está acontecendo dentro dela (PRAZERES, 2011, p. 7 – 8).

Prazeres traduz muito bem a realidade de nossas instituições escolares e a necessidade de pensarmos em conteúdos que trabalhem os valores humanos e a formação identitária de cada um, não podemos desconsiderar a importância das disciplinas obrigatórias que sempre tiveram mais destaque no currículo, mas também, não podemos esquecer que estamos lidando

com pessoas em formação e que nossa prática na sala de aula poderá contribuir bastante com o futuro cidadão que teremos.

“Antes de intelectuais, a sociedade precisa de pessoas que sejam capazes de conviver entre si respeitando e sendo respeitadas, e isso a escola pode e deve ensinar” (PRAZERES, 2011, p. 8). Desse modo, destacamos aqui a importante função da escola no ensino destes valores, onde os alunos possam aprender a conviver e respeitar a diferença de cada um, valorizando-a da forma que cada cultura merece ser valorizada.

Sabemos da contribuição da cultura europeia e indígena na formação de nosso povo brasileiro, mas ao destacar aqui a cultura africana e sua presença em nosso país, enfatizamos quantos de nossos alunos gostam de uma boa feijoada, ouvem um bom samba, preferem roupas de cores fortes tais como vermelho verde, amarelo e preto e não possuem nenhum conhecimento que tais coisas encontram-se presentes em nosso país devido à presença africana, quantos de nós falamos palavras como banguela, bunda, batuque, berimbau, cacunda, caçamba, caçula, catinga, cachaça, cachimbo e etc. e também não estamos cientes que só pronunciamos essas palavras devido à influência deste povo em nossa cultura.

Essas e outras situações servem para que reflitamos acerca da nossa falta de conhecimento referente a contribuição desta cultura com a formação de nossos costumes, pois, citamos aqui apenas algumas coisas de origem africana mas ainda há muito para saber e trabalhar na escola.

Apenas estando consciente de tudo isso é que sabemos o quão importante será a ação do professor na inserção destes conteúdos, pois, além da necessidade de uma formação adequada e de materiais didáticos para uso, o mais importante é o interesse do docente em contribuir com este ensino e com a construção do conhecimento de cada um de seus alunos, para que ao terem acesso a verdadeira história, a contribuição do povo africano em nossa história, a sua arte, culinária, modos de ser, pensar e viver, enfim, a sua cultura, ai sim os eles terão orgulho em se auto afirmar como afrodescendentes pois, como sabemos, ninguém deseja se identificar com um povo que é considerado sujo, pobre, preguiçoso, ruim que infelizmente foram características atribuídas aos negros ao longo da história.

Necessário se faz que se busque, realmente, por em prática as políticas de ações afirmativas, ações essas que priorizem o trabalho de reparação de todos os erros que foram cometidos ao longo dos anos e hoje, precisamos agir diante desta realidade, no presente temos a oportunidade de agir diferente e fazer a diferença dentro da educação, acreditando que, a educação é um dos principais meios em que poderemos contribuir com a transformação da sociedade. Segundo São Paulo, (2008, p. 112):

É preciso crer que, mais que a apresentação de conteúdos escolares relativos ao patrimônio africano e afro-brasileiro nas diversas áreas, como Ciências, História, Geografia, Linguagens etc., exige-se uma postura de professor (a) – pesquisador (a). Podes-se pensar, também, nos valores afro-brasileiros como uma forte influência para a construção de uma escola dialógica, potencializadora da vida, do coletivo, da solidariedade, da ética.

Desse modo, o professor pesquisador ao conhecer a realidade de seus alunos, saberá agir sobre ela e contribuir para a transformação desta realidade onde os princípios de ética e solidariedade estarão fortemente presentes. Nesse sentido, o reconhecimento da diversidade presente em sua sala de aula irá contribuir para a formação da consciência e do senso crítico de seus alunos, que, ao perceberem a diferença de seus colegas e aprenderão a respeitá-los e valorizá-los facilitando assim, o processo de interação e diálogo entre os “outros” em sua alteridade.

Dessa maneira, “(...) essa mesma percepção nos coloca perante o desafio de lidarmos como nosso conservadorismo, nossos próprios limites e contradições, ambivalências, nosso próprio preconceito, nosso racismo (...)” (SÃO PAULO, 2008, p. 110). Assim, ao buscarmos construir em nossos alunos um ambiente de respeito e solidariedade, estaremos lidando com o preconceito e racismo presente dentro de cada um de nós, preconceito este que muitas vezes podemos não perceber ou até negá-lo, mas esta fortemente presente em nossos pensamentos, palavras e até ações.

Como foi questionado anteriormente e vale ressaltar aqui: Quantos de nós não atravessamos a rua com certo receio quando vemos um homem negro com vestimentas muito simples vindo em nossa direção? Quantas vezes não achamos que poderia ser um ladrão, enquanto muitas vezes tratava-se de um trabalhador em seu horário de retorno a seu ambiente familiar.

Da mesma forma em que numa outra instituição uma criança da pré-escola se negou a segurar na mão de uma outra criança por ela ser negra e quando a professora perguntou o motivo de sua recusa ela explicou que a mão de sua colega era “suja”. São situações como essas que nos fazem questionar: Quem ensinou isso para ela? Onde foi dito que preto é feio? E que uma pessoa negra é suja? Onde aprendemos todo negro é “presepeiro”? E que as pessoas pela simples diferença de fenótipo são mais ou menos capazes que outras?

Essas são perguntas que abrangem muita discussão, mas que, com certeza, uma de suas respostas é a forma como a história do Brasil foi e ainda vem sendo tratada nos livros didáticos e no ambiente escolar, se os alunos só veem a presença do negro no momento da escravidão, como escravizados e se após esse momento eles desaparecem da história, jamais o verão como alguém capaz de lutar por sua própria liberdade, capaz de resistir a inúmeros

castigos e situações e capaz de organizar-se socialmente. Jamais o verão como um cidadão ativo e que contribuiu bastante com a formação de nosso povo, onde muitos de nossos hábitos foram herdados por eles, inclusive a coragem que temos de levantar a cabeça diante das dificuldades e lutar pelo melhor.

É neste sentido que acreditamos que a prática docente poderá contribuir bastante com a mudança dessas concepções e que ao formarmos alunos conscientes, esses alunos irão influenciar seus colegas e familiares e com o tempo, o pouco que hoje fazemos se tornará grande e a sociedade injusta, preconceituosa e racista aos poucos irá se modificar e preservar os valores que todo ser humano precisa ter.

Durante nossa pesquisa, visitamos cerca de 80% das escolas urbanas da cidade de Campina Grande – PB e tivemos a oportunidade de observar a fundo a realidade de algumas delas, inclusive assistimos algumas aulas referentes à temática. São observações que serão citadas no próximo capítulo, mas que, não há como não mencionar desde então um fato notório que foi a diferença existente entre as instituições que nada trabalhavam com relação à história e cultura africana e afrobrasileira daquelas que, ao longo de seus conteúdos, consideravam importante o cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e incluíam os conteúdos no seu currículo.

Gostaríamos apenas de enfatizar aqui a diferença percebida nas aulas de duas instituições observadas como uma forma de exemplificar como o fazer docente faz a diferença no desenvolvimento do senso crítico e da capacidade de utilizar seus valores em prol da busca constante do respeito ao outro e do uso da empatia, ou seja, o processo de colocar-se no lugar do outro antes mesmo de julgá-lo por algum ato, sentimento ou pensamento.

Visitamos a primeira instituição no ano de 2011 com o intuito de observar o fazer docente e sua postura diante da data alusiva ao 13 de Maio que antes celebrada como “Abolição da Escravatura” hoje deve ser trabalhada como um dia de luta contra toda discriminação e racismo existente em nosso país. Assim, comparecemos a instituição com este intuito e fomos recebidas por todas as professoras que afirmaram não ter preparado nenhuma aula sobre o tema e ao conversarmos com uma professora do 4º ano ela a princípio afirmou não ter planejado nada, mas alguns minutos depois pegou um livro de história e disse que nos daria uma “palhinha”.

Ao observar sua aula percebemos que muitos dos alunos presentes ainda possuíam a visão da África como um lugar onde todos são pobres e morrem de fome e uma aluna chegou a se manifestar afirmando que “Deus a livrasse” de morar lá, do mesmo modo, alguns alunos questionaram o porquê que os negros não resistiram à escravidão. Esta observação serviu para

que percebêssemos que a história e cultura africana e afrobrasileira não era trabalhada naquela instituição, mais especificamente naquela turma, pois, a visão que os alunos ainda possuíam era resumida a visão da África passada pela mídia e a presença dos negros apenas no momento da escravidão.

Já em outra instituição, no ano de 2012 nesta mesma data, tivemos a oportunidade de observar a prática docente de uma professora do 5º ano onde nos encantamos com a capacidade crítica e participativa de seus alunos, que fizeram trabalhos sobre o tema, assistiram um filme que tratava da questão e ainda participaram de uma espécie de debate em que cada um deles manifestava sua opinião e sensação ao estudar o tema. Neste momento, através da fala das crianças pudemos perceber o belo trabalho realizado pela professora a ponto de estimular cada uma delas a pensar sobre e opinar sobre o tema estudado. Assunto este que será detalhado no próximo capítulo ao tratar da instituição em que o projeto de pesquisa foi aplicado.

Ao retratar essas duas situações, gostaríamos de enfatizar o quanto o fazer docente poderá contribuir com a formação de alunos que sejam capazes de pensar sobre e expressar sua opinião, capaz de questionar o motivo de tamanho preconceito existente em nosso país e capaz de desejar contribuir com a formação dessa sociedade que valorize o outro independente de sua raça, cor, sexo ou religião.

Sabemos que ainda há muito a ser feito quando se trata do processo de formação dos professores e que muitas vezes a “obrigação de aplicação das Leis” chega às instituições, mas as secretarias não oferecem aos docentes nenhum preparo para a realização de um trabalho relevante e quando oferece, não os libera de suas obrigações de carga horária para a participação de um curso de capacitação, ou seja, ainda há muito que melhorar com relação a formação dos professores.

No entanto, a secretaria de educação e o MEC tem disponibilizado uma série de bons materiais didáticos e paradidáticos que servem de respaldo para o professor, da mesma forma que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e o Plano Nacional (2004) e o Plano Nacional para a implementação destas Diretrizes, assim como as Orientações Curriculares, Expectativas de Aprendizagem para a Educação Étnico-Racial: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio (São Paulo, 2008) oferecem uma série de orientações para seu trabalho com a temática.

Assim, consideramos o desafio oferecido a todos os docentes ao inserirem em seus planejamos a história e cultura africana e afrobrasileira, pois, sabemos que o que aprenderam

em sua fase escolar nada poderá contribuir com esta ação e que a ausência de uma formação adequada deixa muito a desejar, no entanto, se houver o interesse com a causa e o reconhecimento da importância da mesma em nossa realidade escolar, haverá sim a busca de novos conhecimentos e a realização de um trabalho significativo. Não podemos ficar parados esperando atitudes alheias, devemos buscar fazer nossa parte para assim contagiar os outros que nos rodeiam.

3. EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL FRANCISCO DA MOTTA

Para quem vive na sala de aulas, perdido em extrema indigestão teórica, cercado por intermináveis questiúnculas metodológicas, especulando sem parar, a empiria significa oportunidade para testar até que ponto o que se pensa bate com a realidade, (...). Certamente, no contato com a realidade reconstruída descobrem-se coisas que a teoria sequer havia suspeitado.

PEDRO DEMO (2008)

Este capítulo destina-se a apresentação da trajetória percorrida para edificação desta pesquisa-intervenção, elencando desde os vários caminhos trilhados aos procedimentos utilizados. Nessa perspectiva, iremos caracterizar o tipo da pesquisa e o método para análise utilizado neste trabalho, descrever os participantes e apresentar os instrumentos de coleta de dados.

Também faz parte deste capítulo a apresentação do campo da pesquisa: caracterização da escola e da turma em que foi realizado o projeto, a rotina dos alunos e algumas descrições das professoras regentes. Assim como, a delimitação e exposição do projeto de intervenção e os relatos de todas as atividades realizadas com os alunos. Finando-o a análise dos resultados, a partir do confronto do posto nas legislações e nos referenciais teóricos com o que foi visto na prática através da ação da professora e da intervenção. Assim como uma breve exposição das dificuldades, dos êxitos e desafios encontrados ao longo do caminho.

3.1 Percurso Metodológico

Os resultados que vamos apresentar, resultam de uma pesquisa empírica realizada na Escola Municipal Manoel Francisco da Motta – SESI, localizada na cidade de Campina Grande-PB. Através da aplicação de um projeto de intervenção em duas turmas de 5º ano, no turno da tarde.

O contato com a escola se deu em decorrência das minhas atividades de pesquisadora (iniciação científica) da pesquisa intitulada: “Africanidades e Afrobrasilidades na Lei 10.639/03 – Um olhar para as escolas quilombolas e as instituições públicas de ensino de

campina grande-pb: currículo, prática pedagógica e formação docente”. Iniciada em 2011 a pesquisa tinha como objetivo verificar as mudanças ocorridas nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas após a implementação da Lei 10.639/03. Deste modo, era parte das nossas atividades visitar as escolas municipais para aplicar os questionários que iria verificar como estava se dando o processo de conhecimento e aplicabilidade da referida Lei.

Após as visitas, aplicamos alguns questionários com os professores das instituições no intuito de constatar sua formação referente à temática (ou ausência dela), o trabalho ou não com essa questão, as situações acontecidas no ambiente escolar e a existência de um possível material didático para o trabalho com a mesma.

Ao analisarmos os questionários, percebemos que as professoras da escola objeto desta pesquisa de TCC ao responderem, afirmaram que trabalhavam com a temática na sala de aula. Por isso, retornamos a instituição com o intuito de observar a ação docente, a postura da professora em sala de aula e a forma que trataria a temática. Isto se deu no mês de maio, nas atividades alusivas a data do “13 de maio”, dia da “Abolição da escravidão” no Brasil. Ao perceber que na turma observada a aula havia sido bastante relevante para os alunos decidi aplicar meu projeto de intervenção na mesma turma, com o objetivo de dar continuidade ao trabalho iniciado pela professora.

Esta pesquisa pode ser considerada de múltipla tipificação: bibliográfica e documental, o que serviu para orientar o olhar e fundamentar a prática e a posterior análise das informações coletadas. Também é pesquisa-ação por ser está um tipo de pesquisa que realiza intervenção no universo pesquisado, que serve para promover mudança e melhoria na prática pedagógica à medida que se faz necessário transformar ideia em ação. A Pesquisa Ação

age como incentivo para a ação; envolve pessoas e relações, está preocupada com a eficiência das pessoas no trabalho, as motivações, as relações e o bem-estar; está preocupada com a mudança organizacional e melhoria de resultados; está preocupada com o planejamento e estabelecimento de políticas; está preocupada com inovações e mudanças e maneiras pelas quais essas mudanças podem ser implantadas nos sistemas; concentra-se na solução de problemas; que proporciona a oportunidade de desenvolver conhecimento teórico” (MOREIRA; CALEFFE, 2006, p.91-92).

Por se tratar de uma pesquisa educacional a abordagem foi qualitativa, consistiu em observação, entrevistas e registro áudio-visual. Deste modo, a partir das observações averiguamos as situações de ensino-aprendizagem e como aconteciam as relações entre os alunos a partir das temáticas trabalhadas, primordialmente, observar as atitudes dos alunos frente aos conteúdos e a percepção de suas identidades. Através desse procedimento pudemos

captar dados significativos para compreendermos melhor ideias e teorias que tratam da etnicidade na sala de aula.

3.2 Contexto da pesquisa: caracterização da Escola

A escola escolhida para a aplicação do projeto de intervenção foi a Escola Municipal Manoel Francisco da Motta, localizada na Rua Antonio Vieira da Rocha no bairro de Bodocongó. Atualmente é dirigida pela professora Socorro Neves. Neste ano de 2012 conta com cerca de 641 alunos distribuídos em 24 turmas entre os turnos da manhã e da tarde. Tendo assim, 24 professores, sendo 23 graduados e 01 com formação média, o chamado Pedagógico.



Figura 1: Fachada da escola, biblioteca e praçinha.

Fonte: Pesquisa de Campo – Emanuela Oliveira

A Escola em questão possui uma ótima estrutura física (como é possível observar na figura 1) sendo composta por salas amplas e arejadas e um bom espaço de lazer para as crianças, espaços esses que propiciam bem estar e um maior contato com a natureza. O estabelecimento conta com uma praçinha próxima a biblioteca, onde os alunos, após retirarem os livros emprestados, reúnem-se para lê-los juntos com os colegas.

A biblioteca contém um bom acervo de livros dentre as variadas temáticas, inclusive a temática aqui trabalhada, além dos que se mantinham guardados na sala da direção, disponíveis para o corpo docente. O corpo docente, no turno na tarde em que observamos, é composto por 12 professores, que pareciam ser bastante preparados e comprometidos com o seu trabalho.

3.3 Apresentação dos Resultados

Os resultados que serão apresentados agora resultam da intervenção realizada na Escola Municipal Manoel Francisco da Motta – SESI.

A prática de intervenção foi realizada com duas turmas do 5º ano do ensino fundamental I. Os encontros se deram todas às quintas feiras, das 13:00 às 15:00 horas.

No que se refere à intervenção, foram dedicadas 40 (quarenta) horas – do dia 30 de Agosto de 2012 ao dia 27 de novembro de 2012, o que totalizou 20 (vinte) encontros, dos quais apenas 10 (dez) serão aqui apresentados. Este tempo foi mais que suficiente para percebermos mudanças positivas no que se refere ao conhecimento da história e cultura africana e afrobrasileira por parte dos alunos e professoras. A prática proporcionou um excelente aprendizado, visto como nos diz André (citando Martins, 1989) foi viabilizada ancorada em um tipo de pesquisa que permite o

Confronto entre a formação acadêmica recebida e a prática da sala de aula, [a partir da qual] o professor gera uma ‘didática prática’, na qual podem estar contidos germes de uma prática pedagógica alternativa voltada à realidade dos alunos que frequentam a escola pública hoje (ANDRÉ, 2010, p. 107).

No primeiro momento, após a aplicação e análise do questionário, em que a maioria dos professores afirmaram ter conhecimento da Lei e aplicá-la em sala, retornamos a escola para observar a presença da temática afrobrasileira no currículo e como a mesma seria trabalhada em sala referente do dia 13 de Maio.

Conversamos com a diretora, pedimos que a mesma procurasse conversar com as docentes e explicar que retornaríamos a instituição para observar suas respectivas aulas, ao retornarmos a mesma, a diretora nos apresentou a uma das professoras do 5º ano, que nos recebeu muito bem e permitiu que permanecêssemos em sua turma.

Após esta conversa, assim como mencionamos acima, retornamos em outro momento para a observação da aula do 5º ano, durante uma conversa com uma das professoras, a mesma nos explicou que há alguns dias antes de nossa visita, já havia iniciado sua aula sobre o assunto e que devido à comemoração das mães, daria continuidade do seu trabalho na semana seguinte, o que nos comprometemos de retornar no dia escolhido por ela. Neste retorno, nos deparamos com a presença de um excelente trabalho onde as crianças apresentaram suas pesquisas realizadas na aula e após a apresentação, assistimos e discutimos o filme “Homens de Honra.”.

Posterior a esta observação e a conversa com a diretora e a professora sobre o projeto em questão, na semana seguinte, iniciei meu trabalho. A descrição da intervenção (aulas) será apresentada a seguir.

3.3.1 O Projeto de Intervenção

O projeto colocado em prática com a turma, que deu base à intervenção, intitulava-se: “Práticas culturais Afrobrasileiras: educando para a diversidade”. Tinha por objetivo, cumprir o que esta posto no Capítulo 10 dos Parâmetros Curriculares Nacionais, permitindo ao aluno

(...)

- Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania. (...) (cf. In: PCNs, 1997, p. 6).

E para a realização destes objetivos, o projeto consistiu na realização de uma aula por semana em que foi trabalhada influência da cultura africana em nossos hábitos, crenças e costumes. Modos de ser, viver e fazer. Estas aulas, permitiram que os alunos relembassem de músicas, ritmos, danças, modos de falar, de se comportar, de viver, que fazemos a todo tempo e não temos conhecimento que são herança do povo africano.

O projeto acima mencionado estava estruturado da seguinte forma:

- 1ª Aula: Conhecendo a África – A geoambiência africana. Explanação geral sobre Continente africano em sua completude e diversidade: relevo, características climáticas, vegetação, hidrografia etc.
- 2ª Aula: África: berço do homem e da humanidade – mostrar que a nossa espécie surgiu no continente africano e as primeiras civilizações também
- 3ª Aula: África Antiga – os grandes reinos e impérios, relações com o mundo exterior – as trocas comerciais e culturais. Exibição do documentário: “A África antes da colonização européia”

- 4ª Aula: Os grandes reinos africanos - A África do Norte (ou África Setentrional ou “Branca” ou “Árabe”) – Aspectos gerais: econômicos, políticos, históricos e culturais.
- 5ª Aula: A África Ocidental e Oriental (ou Meridional ou África Subsaariana ou “Negra”) – Aspectos gerais: econômicos, políticos, históricos e culturais.
- 6ª Aula: A África Central e Austral (ou Meridional ou África Subsaariana ou “Negra”) – Aspectos gerais: econômicos, políticos, históricos e culturais.
- 7ª Aula: África Colonial – Século XV: o processo de chegada do europeu, a “conquista”.
- 8ª Aula: A Diáspora africana – a vinda do africano para o Brasil
- 9ª Aula: O trabalho do africano no Brasil
- 10ª Aula: Formas de resistência
- 11ª Aula: Movimento Abolicionista
- 12ª Aula: Patrimônio cultural: Religião
- 13ª Aula: Patrimônio cultural: Música e dança
- 14ª Aula: Patrimônio cultural: Conhecimento: Culinária, Língua, Hábitos e costumes, Medicina
- 15ª Aula: A presença da cultura negra na Paraíba

No entanto, em uma conversa com a professora titular da turma, ao apresentar este cronograma, a mesma solicitou que começasse as aulas a partir da presença da cultura negra na Paraíba, pois, estava trabalhando com as crianças a diversidade musical devido a um projeto da prefeitura municipal e achava que a abordagem da influência cultural africana seria mais relevante no momento.

Sendo assim, iniciamos o trabalho de forma contrária, começando pela presença da cultura negra na Paraíba até chegarmos ao trabalho do africano no Brasil e posteriormente na África como um todo. Sendo que, devido ao tempo, infelizmente não tivemos condições de abordar todas as temáticas acima citadas e encerrando nosso trabalho com a diáspora africana.

Apesar deste imprevisto, os temas que conseguimos abordar foram trabalhados de forma bastante esclarecedora, de modo a construir um conhecimento significativo juntamente com os alunos e a professora.

3.4 Relatando a experiência

Destacaremos a seguir, as experiências vividas durante a aplicação do projeto de intervenção apontando as dificuldades, êxitos e desafios encontrados ao longo do caminho, assim como as características dos alunos das turmas em que o projeto foi realizado e uma pequena descrição das professoras titulares.

Após esta discussão, trataremos dos relatos das aulas realizadas com os alunos, apontando as temáticas trabalhadas e as metodologias utilizadas nas mesmas. Assim como os resultados obtidos.

3.4.1 - As turmas

Quando ficou definido que a intervenção seria realizada na turma do 5º ano ainda não havia ficado sabendo que na verdade as atividades seriam realizadas para as 02 (duas) turmas do 5º ano reunidas. A princípio, quando uma das professoras apresentou a proposta de realizar o trabalho em conjunto, a situação me pareceu bastante desafiadora em decorrência da quantidade de crianças e relativa diferença de faixa etária.

O grupo, composto pelas duas turmas, contava com cerca de 52 (cinquenta e dois) alunos, com faixa etária variada, dos 09 (nove) aos 14 (quatorze) anos. Sendo 29 (vinte e nove) meninos e 23 (vinte e três) meninas. Com relação a composição étnica/racial dos alunos, tratavam-se de uma mistura de negros, brancos e pardos. Isto é, se formos considerar o aspecto externo de suas aparências (cor da pele e etc.).

Em linhas gerais, traçando um perfil geral da turma, é possível afirmar que os mesmos são inteligentes, participativos e comprometidos, salvo, algumas exceções. Em meio a eles, destaca-se um aluno que nos pareceu bastante inteligente, destacando-se através de sua grande capacidade de desenhar. No entanto, este nos pareceu ter muita dificuldade de manter relações com seus colegas, ou seja, não participa de atividades em grupo e tem dificuldades de se expressar em meio ao público.

As crianças em sua maioria são filhos de famílias de baixa renda. Os seus pais têm um nível escolar diversificado, muitos deles são semi-analfabetos, e poucos possuem o fundamental completo. Moram na circunvizinhança da escola, distribuídos entre aos bairros de Bodocongó, Ramadinha e Pedregal.

A sala de aula onde realizamos a intervenção é a mesma onde assistem aula. É ampla, arejada, clara. No entanto, quando as atividades são realizadas em conjunto unindo as duas

turmas, a sala torna-se pequena e dependendo do clima do dia, bastante abafada. Em um das paredes encontram-se imagens de um jardim produzidas em EVA, em outra um mural com atividades realizadas pelos alunos e em outra alguns cartazes contendo competências dos professores e alunos, nada remete que lembre ou remeta a cultura afrobrasileira ou negros.

Com relação aos móveis, a sala dispõe apenas de um armário para guardar materiais didáticos, as carteiras dos alunos, o birô e a cadeira da professora e o quadro branco. Quando se faz necessário o uso de outros materiais como som, TV ou data-show, os mesmos são solicitados na direção da escola.

Em relação as relações étnico-raciais, foi possível observar que a princípio, assim que começamos a aplicar o projeto, houveram algumas discussões entre os alunos em nossa presença, onde um dos alunos chamou seu colega de negro e o mesmo não gostou, mesmo sendo verdadeira a afirmação do colega. Momento este que se fez necessário nossa intervenção explicando que ele não deveria ter vergonha de se afirmar como tal.

E em outro momento, quando tratamos da religião africana, houve uma outra situação em que um aluno chamou seu colega de “macumbeiro”, sendo, mais uma vez necessária nossa intervenção. Exceto essas duas situações, durante este tempo, não percebemos nenhum conflito nas relações dos alunos independente de sua cor. Somente em um dos últimos dias de nosso projeto, quando perguntei qual dos alunos se considerava negro, que um aluno apontou para uma colega branca e disse: “quero ver se ela diz que é negra”. Fazendo-nos refletir que algum motivo ele teve para afirmar isto, motivo este que não descobrimos nem percebemos nada no cotidiano.

3.4.1.1 A rotina das turmas

O grupo de alunos trabalhado geralmente chega a escola antes das 13:00hs e aguarda na parte externa da escola o momento em que o portão é aberto e todos são acolhidos no pátio e depois encaminhadas para sala de aula.



Figura 2: Acolhida dos Alunos
Fonte: Pesquisa de Campo – Emanuela Oliveira

Na sala de aula as crianças sentam-se em cadeiras de braços em forma de fila, no entanto, durante nossas aulas, a organização da sala variou conforme nossa atividade. Em alguns dias sentaram em forma de semicírculo, outros em grupos e outros na tradicional fila. Mas na maioria das vezes, ficaram organizados em semicírculo. A professora inicia as atividades do dia organizando os alunos em seus lugares, revisando o conteúdo trabalhado na aula anterior e iniciando o da aula atual.



Figura 3: Organização dos alunos na sala de aula

Fonte: Pesquisa de Campo – Emanuela Oliveira

Durante nossas aulas, uma das professoras que nos ajudou bastante na realização do trabalho, organizava os alunos e explicava que no primeiro horário estaríamos realizando o trabalho com eles e no segundo horário ela retornava com as atividades cotidianas.

Freqüentemente durante a aula a professor pedia silêncio e bom comportamento, pois, por se tratar da junção de 52 alunos em um mesmo ambiente fechado, se o silêncio não permanecesse não havia possibilidade de realizar um bom trabalho, assim, após o da professora as crianças permaneciam sentadas e atentas ao que seria trabalhado na aula. Por diversas vezes, percebemos que ambas as professoras tinham o hábito de anotar o nome dos alunos que deram trabalho em um papel ou no quadro branco para depois puni-los de alguma forma, atitude esta que evitamos realizar por diversas vezes mas que em um determinado dia, foi necessária devido ao descontrole da turma.

3.4.1.2 As professoras

A turma observada está sob a responsabilidade das professoras Mery e Dioneide, no entanto, durante a aplicação do projeto, contamos com a maior colaboração de Mery, a

professora titular da turma em que observamos sua prática mencionada no início deste trabalho, referente à data alusiva ao 13 de Maio.

Em relação a sua metodologia de trabalho, pode ser considerada muito relevante e significativa, pois podemos perceber que o senso crítico de muitos alunos é bastante evoluído devido a sua metodologia de trabalho. No entanto, com relação à história e cultura africana e afrobrasileira, a mesma não demonstrou ter tanto conhecimento, mas sim vontade de adquiri-lo pois, em um de nossos últimos encontros, afirmou ter aprendido muito com nossas aulas.

Com relação à outra professora, devido ao pouco contato, não tivemos oportunidade de observar a fundo sua prática em sala de aula, mas, nos dias em que estivemos presentes, sua postura nos pareceu ser mais rígida e severa do que a da outra professora. Interessante foi percebermos que a Mery, a professora que nos acompanhou durante todo este percurso, não possuía uma posição de “professora ditadora”, mas todos os alunos tinham por ela um respeito admirável.

3.5 Atividades realizadas

Apesar de se tratar de duas turmas, as atividades foram realizadas em conjunto em um mesmo local, situação essa que me pareceu ser uma prática comum das duas professoras, já que se tratava de uma mesma série.

As atividades realizadas durante a aplicação do meu projeto serão relatadas em separado, por data e temática. A ideia é mostrar como as práticas foram desenvolvidas, a partir da apresentação gradual das temáticas. Ao passo que avançávamos nas atividades, percebamos o conseqüente avanço da construção do conhecimento por parte dos alunos.

Ao relatar cada aula, não posso deixar de destacar que a “evolução” não aconteceu somente com os alunos, mas a cada dia que tinha a oportunidade de esta com eles e ouvi-los, aprendia um pouco mais sobre “ser professora” e sobre a importância deste trabalho para a formação identitária de cada criança presente em nossa aula.

Apesar do susto inicial, no decorrer de cada aula fui conquistando a confiança dos alunos e ao fim, consegui realizar um trabalho proveitoso.

3.5.1 As Aulas

a) 1º Encontro – Aula do dia 30/08/12

No primeiro dia cheguei a escola por volta das 13:00hs e observei a entrada dos alunos. Os mesmos ficam em frente ao portão da escola esperando o momento em que ele é aberto, após o sinal tocar todos entram na instituição, se dirigem ao pátio e se organizam em filas divididas por turmas para participarem da música de acolhida juntamente com seus pais e professores. Ao término deste momento os professores os conduzem para as salas de aula.

Como se tratava do primeiro contato com as crianças decidi iniciar a aula com a explicação de como aconteceria meu trabalho (em relação ao projeto de atuação). A seguir realizei uma rodada de apresentação dos alunos. A professora perguntou se poderia organizar os alunos no pátio da escola devido ao clima esta muito quente e se tratar de muitas crianças o que respondi que sim e ela os organizou todos neste local.

Após organizá-los em cinco filas de dez alunos, a professora explicou para eles que o projeto era parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e que estaria com eles durante as quintas-feiras até o mês do novembro. Terminada a explicação iniciei a aula me reapresentando e explicando que trabalharia com eles alguns assuntos referentes a história e cultura africana e afrobrasileira.

Depois da explicação, realizei uma pequena dinâmica de apresentação em que eles conversariam em dupla e apresentariam seus colegas. Foi um momento de bastante descontração, o objetivo era, através da brincadeira, permitir que eles perdessem um pouco mais a timidez e ficassem mais desenvoltos.

Ao término da apresentação de cada um deles, perguntei se os meninos haviam gostado de apresentar as meninas, já que a dinâmica consistia em ficar no lugar do outro e eles ao apresentarem as meninas haviam se colocado no lugar delas, falando seus nomes, dizendo o que mais gostavam de fazer e onde moravam. Todos riram e responderam que não gostaram. Nesse momento expliquei sobre a importância de não julgar o outro pela aparência ou pela cor de sua pele, pois, do mesmo modo que os meninos não gostaram de se apresentar como meninas, muitas pessoas são rotuladas de algo que não são antes mesmo de serem ouvidas.

Após essa pequena conversa, fiz uma espécie de retrospectiva da aula que havia assistido³ nesta mesma turma no mês de maio, alusiva a abolição da escravatura. Perguntei o que cada um deles havia aprendido naquela aula, e dentre as respostas saiu:

Aluno 1: “Que não devemos ser racistas”.

Aluno 2 completou: “e preconceituosos!”

Aluna 3: “Que ninguém pode ser escravizado por causa de sua cor!”

Aluno 4: “Que devemos tratar bem os outros mesmo com sua diferença.”

Aluno 5: “Que a gente deve respeitar cada tipo de cor.”

Aluno 6: “Que cor não é documento.”

Aluno 7: “Que não devemos ser gananciosos.”

Aluno 8: “Que os negros também são seres humanos.”

Aluno 8: “Que eles são humanos igual a gente.”

Após estas falas das crianças, reforcei as falas reafirmando que independente de nossa cor, todos somos iguais! E após esta fala um dos alunos lembrou que tem uma Lei que afirma que racismo é crime. E seu colega lembrou que existiu também a Lei do Sexagenário. Após lembrarem as Leis, perguntei o que foi a Lei Áurea. E responderam: “A Lei que aboliu a escravatura no Brasil”. Continuando a discussão questionei se a Princesa Isabel assinou a Lei porque era boazinha e todos responderam que não! Perguntei também o que aconteceu com os escravizados depois que foram “libertos”? E eles responderam:

³ Esta aula foi realizada na semana no 13 de Maio (Alusiva a Abolição da Escravatura), quando tivemos o primeiro contato com a professora e os alunos desta turma, onde, durante uma conversa que antecedeu a este momento, solicitamos da diretora e posteriormente da professora a permissão para observar sua aula, pois, com havíamos verificado na análise dos questionários que aplicamos com os professores da mesma, alguns responderam ter conhecimento da Lei a aplicá-la em sala de aula. Sendo assim, nossa intenção era verificar como se dava esta aplicação e como a professora iria tratar a temática do 13 de Maio. Dessa forma, ao conversarmos com a professora sobre nossa observação, ela explicou que em um momento anterior a nossa visita, já havia iniciado o trabalho, mas que nós podíamos observar sua segunda aula onde daria continuidade a mesma. Assim fizemos e na semana posterior acompanhamos seu trabalho. A professora entregou aos alunos os trabalhos que haviam feitos todos corrigidos e solicitou que lessem seu texto e observassem as correções para depois apresentarem ao grupão. Durante as apresentações dos alunos, percebemos que já tinham certo conhecimento sobre o assunto e alguns deles se posicionaram de forma crítica e surpreendente, demonstrando revolta pelo que havia acontecido com os escravos na época. Após esta discussão, a professora passou o filme “Homens de Honra”, filme este que trata da história de um homem negro de família humilde que sonhava em ingressar na Marinha do Brasil e após muita luta, persistência, muito preconceito e discriminação enfrentados, consegue ser o primeiro homem negro membro da Marinha. A apresentação deste filme foi bastante relevante para a discussão da temática e completou o que os meninos haviam iniciado com a pesquisa que a professora solicitou sobre a escravidão. Assim, no primeiro momento que conversamos com eles, foi necessário a revisão do que havia sido trabalhado por sua professora para então iniciar nossas aulas.

Aluna 1: “Morreram!” [E sorriu];

Aluna 2: “Desapareceram no buraco.” [E continuaram sorrindo];

Aluno 3: “Sentiram dificuldades pra encontrar emprego, moradia”;

Aluno 4: “Tinha uns que até preferiam continuar escravos porque não tinham o que comer”;

Aluna 5: “Eles saíram felizes porque apanhavam muito”;

Aluno 6: “Quando a mulher tava grávida tinha direito de ter os filhos”;

Aluno 7: “Também teve a Lei do Ventre Livre que dizia que o filho de escravo não poderia ser escravizado”;

Escutei as respostas e em seguida perguntei se na opinião deles depois da Lei Áurea os escravos foram embora ou ficaram aqui no Brasil. A maioria respondeu que eles haviam ficado por aqui e apenas uma aluna afirmou que foram embora. Após ouvir a resposta de cada um deles, completei afirmando que os escravos permaneceram sim aqui no Brasil e como alguns dos colegas haviam falado, muitos deles preferiam continuar vivendo de modo semelhante ao que viviam antes (sendo escravos) já que não tinham onde morar, nem o que comer e como sobreviver.

Continuei a discussão perguntando o que eles achavam que tem aqui no Brasil que é influência dos africanos escravizados, um dos alunos respondeu: “Língua, cultura, tipo de comida, religião”. Aproveitei a resposta do aluno para explicar que algumas danças presentes aqui no Brasil também são fruto da influência africana e outro aluno complementou afirmando que “nossa história também teve influência dos africanos”. Completei afirmando que algumas palavras que hoje falamos também vieram de lá, a exemplo de bunda e cachimbo, todos riram ao falar disso.

Procurei saber também se eles achavam que na nossa música tem algo que também foi influenciado pelos escravos e um dos alunos afirmou que tinha “o samba e a capoeira”. Quando indaguei sobre outros ritmos alguns responderam “o axé”. Acrescentei outros, citei o reggae e o hip hop e uma das alunas afirmou que mesmo sendo menina gostava e expliquei que não importava ser menino ou menina com a questão do gosto musical.

Após a realização desta discussão, pedi que todos desenhassem algo que viesse a sua memória referente aos negros e ao terminar os desenhos explicassem o que significava. Ao receber todos os desenhos, percebi que grande parte dos alunos se remeteu ao período da escravidão. Os desenhos mostravam os negros na condição de escravos, apanhando ou sofrendo nos navios negreiros. Dentre os 50 (cinquenta) alunos, apenas 01 (um) se voltou para a cultura afrobrasileira desenhando uma roda de capoeira. Desse modo, percebi que a visão

que a maioria deles tinha dos negros é limitada ao momento em que foram escravizados aqui no Brasil.

Neste momento, nos remetemos a um dos objetivos contidos no PCN, onde afirma ser necessário

(...) desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca desconhecimento e no exercício da cidadania (cf. In: PCNs, 1997, p. 6).

Ou seja, os alunos se remetem a presença dos negros somente ao momento da escravidão porque não tiveram acesso a outra história. Desse modo, não há como se afirmarem parte desse povo, pois, devido à história do Brasil que vem sendo ensinada durante séculos, os alunos não veem a presença da cultura africana em nosso meio e não percebem sua contribuição para a formação de nosso povo. Sendo assim, não identificam alguma semelhança entre a cultura africana e o povo brasileiro.

Finalizando a aula, expliquei para todos que na próxima aula iríamos tratar do patrimônio musical afrobrasileiro, ou seja, da influencia africana em nossos ritmos musicais. Para tanto dividi os alunos em 5 grupos e cada um deles ficou responsável por pesquisar sobre um ritmo, a saber: o samba, o kuduro, o axé, o reggae o hip hop. O resultado da pesquisa deveria ser apresentado na próxima aula.

b) 2º Encontro – Aula do dia 06/09/12

Assim como primeiro dia da aula, cheguei a escola por volta das 13:00hs e acompanhei a entrada dos alunos na instituição. A professora havia combinado comigo que iria ceder o primeiro horário de todas as quintas-feiras para a aplicação do projeto, mas devido à aplicação do simulado de matemática, a aula ficou para o segundo horário.

Acompanhei a realização do simulado e o intervalo das crianças e por volta de 15:40hs elas retornaram para a sala para a realização das apresentações que havia solicitado na aula anterior referente aos ritmos musicais.

Algumas crianças trouxeram cartazes tratando da história do samba, do reggae, do kuduro, do hip hop e do axé e outras expressaram apenas o que tinham aprendido com a realização da pesquisa. Durante as apresentações, as que trouxeram cartazes leram os textos contidos neles e explicaram o que haviam entendido as demais, expressaram suas opiniões e apenas uma minoria não realizou a pesquisa.



Figura 4: Apresentação dos trabalhos sobre músicas afrobrasileiras
Fonte: Projeto de Intervenção – Emanuela Oliveira

Ao término das apresentações, perguntei o que cada um deles havia aprendido com a pesquisa e um dos alunos respondeu que “não sabia que o Kuduro tinha se originado na Angola”, uma aluna afirmou que “muitos ritmos que dançamos são de influência Africana” e a maioria destacou que “não sabiam que cada ritmo trabalhado foi influenciado pela presença dos africanos no Brasil”.

O momento foi bastante produtivo, sendo que uma das dificuldades encontradas foi à ausência de uma das professoras durante o momento, para ajudar a manter os alunos organizados de modo a ouvir a apresentação de seus colegas, pois, as duas encontravam-se ocupadas com os ensaios para o dia “D” da Leitura a ser realizado no dia 02 de Outubro.

Outra dificuldade foi o pouco tempo que nos foi disponibilizado neste dia, pois, havia planejado outra atividade após a apresentação das crianças, mas não deu tempo de realizá-la, sendo necessário que a adiasse para a próxima semana, pois, quando todos os alunos terminaram suas apresentações já era hora da saída deles.

Apesar dessas dificuldades, considerei a discussão bastante proveitosa, pois tanto eu como pesquisadora como os alunos, aprendemos bastante com as informações que cada um deles trouxeram de suas pesquisas.

c) 3º Encontro – Aula do dia 13/09/12

A princípio, fiz uma pequena retrospectiva dos estudos e apresentações realizados na última aula e para fechar a discussão referente às músicas e danças afrobrasileiras, apresentei para eles alguns vídeos que tratavam dos ritmos estudados: o kuduro, através de duas versões, o de Angola e o utilizado pelo cantor Latino; o samba com a música “Devagar Devagarinho”

(Martinho da Vila); o reggae com a música “Um só amor” (Bob Marley - traduzida para o português); o hip hop com a música “Sou Negrão” (Possemente Zulu); e o axé com “Filho da Bahia” (Margareth Menezes).

Interessante foi perceber a curiosidade de cada um dos alunos em observar bem tudo que estava sendo passado e participar ativamente da aula. Ao assistirem a apresentação do Kuduro de Angola, acharam até engraçado a forma que os angolanos dançaram a música, alguns meninos, de forma tímida e discreta, até tentaram aprender o novo ritmo. Já no momento em que apresentei o clipe do cantor Latino com o Kuduro de forma “abrasileirada” as meninas participaram cantando com bastante animação enquanto alguns dos meninos pediram para retirar logo porque já tinham assistido e já conheciam, manifestando uma certa indiferença.

Um dos alunos pediu para sair para beber água e quando retornou o vídeo já havia acabado, ele olhou para mim, sorriu e disse: “- Já acabou?” Eu respondi o sorriso e disse: “- Eu sei que você pediu para sair para não assistir o vídeo!” Ele confirmou minha afirmação. Esta situação me fez perceber que o novo, chamou mais atenção da maioria dos alunos do que algo que já fazia parte do seu cotidiano e já era bastante divulgado pela mídia.

Após a apresentação e comparação dos dois vídeos referentes ao Kuduro, apresentei para eles os demais vídeos: a apresentação de Zeca Pagodinho que também já era bastante conhecido mas que diferente do Kuduro com Latino, a reação dos alunos foi bastante receptiva acompanhando a letra da música. Ao apresentar o vídeo da cantora Margareth Menezes, por se tratar de uma música um pouco mais acústica que as outras (apresentação com voz e violão) eles acharam engraçado a forma da cantora se expressar dançando e os meninos se empolgaram bastante com a apresentação posterior referente ao hip hop que é um ritmo bastante apreciado por eles.

Ao término da exposição dos vídeos, dividi a turma em cinco grupos de dez alunos, distribuí para eles a letra das músicas (uma letra para cada grupo) fragmentadas em pequenas tiras e a letra completa em uma outra folha, dando-os o papel de montar toda a letra da música entregue a seu grupo e após montar ler para seus colegas a letra completa e discutir entre si o que o cantor quis dizer com ela para então apresentar para o grupão. A realização desta atividade foi bastante significativa pois pude perceber a interação das crianças com seus colegas e promover a união de todas elas com o intuito de atingirem o mesmo objetivo. No início tiveram um pouco de dificuldade de envolver todos os colegas, mas com o passar do tempo foram se organizando e realizando com sucesso a atividade.



Figura 5: Trabalho com as letras das músicas
Fonte: Projeto de intervenção – Emanuela Oliveira e Acacia Silva

Depois da montagem das letras, convidei os grupos para apresentar a música pela qual ficaram responsável e o que entenderam da letra. Dois dos cinco grupos (o do Kuduro e o do Samba) apresentaram cantando as músicas e dizendo que na letra do Kuduro existia uma parte que falava que queria dizer que “não importa a cor da pele mas que todos devem participar do momento” referindo-se a frase “seja morena ou loira, vem balançar Kuduro”. Já o grupo que ficou com a letra de Bob Marley falou que tinha entendido que “todos devem seguir juntos para tudo ficar bem.” E o do Hip Hop explicou que o cantor da música tinha orgulho de ser negro e que não de importava com as ações de preconceito que sofria pela cor de sua pele mas que lutava pela valorização dos seus.

A realização desta atividade foi bastante interessante, pois através dela pude perceber a capacidade de reflexão dos alunos e o desenvolvimento de um pensamento crítico, que valorize o outro em sua diferença. Ao falarem sobre as letras das músicas, a maioria dos alunos foi capaz de interpretar o real sentido da atividade, atendendo ao objetivo proposto para aquela atividade. Com a inserção da temática objetivava que eles fossem capazes de refletir e discutir sobre o respeito ao outro e a importância da união de todos.

Outra questão que não posso deixar de mencionar foi o interesse que todos os alunos demonstraram por minhas aulas e a realização de todas as discussões e atividades, com o passar do tempo eles foram participando cada vez mais dos momentos e a cada dia que retornava a instituição eles me recebiam com alegria questionando o que seria tratado naquela tarde, isso mostrou o quão importante é a ação do professor na construção do conhecimento de cada um de seus alunos e que um pequeno gesto seu faz uma grande diferença na vida dos mesmos.

d) 4º Encontro – Aula do dia 27/09/12

Como de costume, cheguei a instituição por volta das 13:00hs e acompanhei a chegada dos alunos e professores e a socialização de ambos. Como mencionado no início, após a realização da socialização com todos os alunos e professores no pátio da escola, cada turma segue para sua sala. Assim que cheguei na sala de aula, me surpreendi com o carinho e atenção dos alunos, a cada vivência ao lado deles, cada gesto, cada olhar, me fez confirmar cada vez mais a importância da ação de cada professor na vida e na formação identitária dos alunos, pois, cada ação nossa poderá contribuir para a construção de seus conhecimentos e seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Assim, como havia concluído o trabalho com a música afrobrasileira, durante esta aula, trabalhei com eles as práticas religiosas de origem africana e outras formas de manifestações artísticas através de pinturas, artesanatos e esculturas. Decidi unir as duas temáticas, porque ambas estão interligadas – o patrimônio artístico de origem africana está relacionado com a religião e o culto aos orixás.

De início, perguntei as crianças o que para elas era a arte, ao que cada uma foi respondendo que eram pinturas e quadros. Após ouvir a opinião de cada um deles, iniciei falando um pouco sobre a história da arte africana e mostrando para eles imagens de esculturas e pinturas através de slides. Ao passo que mostrava as imagens e explicava o sentido de cada uma delas, inseri a questão da religião, explicando para eles como se dava a prática religiosa de cada povo e a diferença existente entre o candomblé e a umbanda, falei também sobre a expressão “macumba” utilizada pela maioria das pessoas que não possuem conhecimento sobre estas práticas, esclarecendo que a palavra macumba refere-se a um instrumento musical e não a prática religiosa.

Interessante foi perceber que cada vez que eu explicava sobre cada uma dessas temáticas e mostrava as imagens das pinturas, esculturas, rituais e instrumentos musicais, todos os alunos ficavam atentos as minhas explicações e apenas um em meio ao grupo tirou brincadeira com outro colega referente à religião, afirmando que “seu colega estava fazendo macumba” e quando ouvi sua expressão ele sorriu afirmando que o seu colega que tinha “mandado ele falar”. Situação esta que me surpreendeu pois para ser sincera, esperei uma resistência maior por parte dos alunos e o que encontrei foi total recepção e atenção referente a qualquer temática em que trabalhei.

Após a exposição do assunto, mostrei as fotografias da exposição de arte africana do Museu Assis Chateaubriand do artista mineiro Antonio Sérgio Moreira, em que retrata através

da arte as várias características das crenças religiosas, desde as contas coloridas dos colares até as imagens e características dos orixás. E depois de toda a aula, parei o slide na imagem de duas pinturas em tela e solicitei que eles fizessem a releitura de um dos quadros, ou seja, que observassem bem o que estava descrito nos quadros e representassem do seu jeito.



Figura 6: Aula expositiva de arte africana
Fonte: Projeto de Intervenção – Acacia Silva

Através desta atividade, desejei motivá-los a buscar dentro de si seus talentos individuais, alguns na escrita, outros no desenho, outros na representação, através do desenho as crianças podem muito bem expressar o que sentem e pensam e a realização desta me fez perceber isto de forma concreta. Alguns se alegraram ao realizar o desenho, outros diziam não saber desenhar, momento este que intervi falando que fizessem do seu jeito que estaria ótimo e um dos alunos, se destaca entre os demais quando se trata da arte do desenho. Ao término dos desenhos, finalizei a aula afirmando que estaria ausente por algumas semanas devido a uma série de atividades que seriam desenvolvidas na escola e alguns feriados existentes no dia das aulas.

Os alunos mais uma vez me surpreenderam com a grande demonstração de atenção e carinho vindo me abraçar e dizendo que sentiriam saudades. Situação esta que me faz lembrar de uma frase de nosso saudoso Paulo Freire, onde afirma que: “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.” Em outras palavras dizer que as Leis, Diretrizes e Regulamentações que regulamentam e orientam o ensino da história e cultura afro e indígena nas escolas precisam ser postas em prática para que assim os alunos possam ter acesso a verdadeira história do Brasil e se reconheçam como parte desse povo.

Assim, tenho certeza que, as expressões de afeto de cada uma dessas crianças foi uma resposta para a ação que esta sendo desenvolvido. Resposta positiva para a ação de buscar fazer a diferença e valorizar a presença de cada um deles na escola e na sala de aula. Isso faz

valer a pena o trabalho do professor, isto me confirma a importância que sempre soube de trabalhar com todos eles a história e cultura africana.

e) 5º Encontro – Aula do dia 23/10/12

Como já expliquei anteriormente, o acompanhamento das crianças foi interrompido durante certo tempo devido a uma série de acontecimentos contidos no mês de outubro (atividades extras da escola, feriados, eleições e etc.). Assim, o retorno as aulas se deu nesta data (23/10), uma terça-feira. A mudança do dia se deu a partir de uma conversa realizada com uma das professoras que me disponibilizou outro dia na semana para adiantar as aulas e concluí-las a tempo.

Sendo assim, ao retornar as atividades, mais uma vez fui recebida com todo carinho e atenção pelos alunos e concluindo a aula sobre arte africana e afrobrasileira, iniciei o trabalho com a literatura afro e a influência africana em nossa língua, hábitos e costumes. Ao iniciar a aula, mostrei para as crianças diversas palavras que falamos no dia-a-dia que são de origem africana, eles acharam até engraçado o fato de usarmos tanto tais palavras e não termos conhecimento de onde vieram. Logo após a exposição destas palavras, iniciei o trabalho com a literatura africana e afrobrasileira.

Iniciei a conversa perguntando para eles qual o significado da palavra literatura (assim como fiz na aula sobre arte), o que eles lembram quando ouvem essa palavra? Eles responderam que lembravam livros e histórias. E assim começamos a conversar sobre estas histórias. Conteí para eles a história: “A Cobra e o Sapo”. A história trata da não aceitação do outro como diferente, onde os pais dos personagens principais (o sapinho e a cobrinha) os proibem de brincar um com o outro porque são diferentes e a mãe da cobra ainda há incentiva a comer seu amigo sapo. No final da história cada um segue para seu lado porque suas famílias não permitem essa amizade.

Ao fim da história, perguntei para as crianças se gostaram do final e a maioria respondeu em coro que não. Perguntei por que e eles disseram que os dois eram para ter terminado amigos e não distantes um do outro. Assim, continuei a discussão perguntando o que a história nos ensinava e eles reponderam que “devemos respeitar o outro mesmo em sua diferença” que “apesar deles não terem terminado a história juntos ao menos ficaram com a lembrança do dia em que foram amigos” e que ao se reencontrarem mesmo lembrando-se do conselho que recebeu de sua mãe, a cobrinha não devorou seu amigo sapo.

Depois da discussão do texto, dividi-os em cinco grupos de nove alunos e pedi que se reunissem na pracinha da escola, lessem as histórias e pensassem em como apresentá-las para a turma. Ao dividir os grupos, entreguei uma história diferente para cada um deles. A saber: “Kiriku e a Feiticeira”, “A cobra e o sapo”, “Furos no céu”, “O casamento do filho do vento” e “As favas mágicas”. E dei um certo tempo para que em grupo, preparassem a apresentação para turma, onde além da forma oral, disponibilizei para eles alguns fantoches para a realização da mesma.

Interessante foi perceber a interação dos alunos e sua capacidade de trabalhar em grupo, alguns até ensaiaram a apresentação antes de retornar a sala de aula para demonstração da história, alguns grupos apresentaram de forma mais espontânea, contando a história de forma clara, objetiva e compreensível e utilizando os fantoches que disponibilizei, outras apenas leram a história para os colegas. No entanto, ao término de cada apresentação fui discutindo a história e seu significado até que cada uma delas fosse entendida e interpretada por todos os alunos.



Figura 7: Atividade de Literatura
Fonte: Projeto de Intervenção – Danielly Muniz

f) 6º Encontro – Aula do dia 01/11/12

Para a finalização das aulas referentes a história e cultura africana e afrobrasileira, fiz uma espécie de retrospectiva de todo esse tempo em que estudamos e de todos os conteúdos trabalhados em sala, após conversar com as crianças sobre o aprendizado das aulas anteriores, pedi para que quem se considerasse negro/a levantasse a mão para que eu pudesse ver,

situação esta que me surpreendeu bastante pois cerca de 90% da sala levantou as mãos e uma aluna justificou sua opinião dizendo: “porque mesmo que não tivéssemos a cor de pele negra, todos somos negros, porque viemos deles.” Fato que me fez perceber o quanto valeu a pena todo o trabalho realizado e a certeza do objetivo alcançado.

Após esta discussão, iniciamos uma conversa referente a escravidão, todos os sofrimentos vivenciados por eles e lutas realizadas até chegar o momento da “libertação”. Para esta discussão, levei o filme “Amistad”, que conta de forma significativa todo este percurso e mostrei para eles as cenas mais relevantes do filme. Ao verem a forma que os escravos eram tratados, sendo por vezes castigados sem nada fazer, as crianças manifestavam seus sentimentos de revolta afirmando serem desnecessárias tais atitudes, pois, em todos os casos, não víamos motivos para tamanha raiva e desprezo com o povo negro.

Ao final do filme, expliquei para eles que mostrei cada cena para eles na intenção de que percebessem a luta iniciada por cada escravo para sua libertação, para que assim, refletissem sobre o fato de que não foi a Princesa Isabel que os libertou por bondade, mas sua libertação foi fruto de muitas mortes de africanos e situações trágicas vivenciadas por muitos deles no momento em que lutavam por seus direitos. Tudo que conseguiram foi nada mais do que mereciam, o direito a liberdade que todo cidadão possui.

Depois de explicar sobre a intenção da aula e da exibição do filme, perguntei se gostariam de falar mais algumas palavras sobre o assunto, e a maioria dos alunos me respondeu que não, pois tudo já tinha sido muito discutido, disseram apenas que tinham ficado com muita “pena” da forma como cada um dos escravos vivia naquela época e vibraram quando no finalzinho do filme, os escravos são libertados e a fortaleza de escravos é destruída.

No término da aula, expliquei para eles como se daria a culminância de todo o estudo e dividi os grupos para as apresentações, a saber: Escravidão e Diáspora; Arte Africana e Afrobrasileira; Literatura; Músicas e Danças Afrobrasileiras.

Os próximos encontros, que não serão relatados aqui, foram dedicados à preparação das apresentações das crianças. Ressaltando que a expectativa deles era enorme porque a apresentação aconteceria para os colegas das outras turmas e alguns convidados.

3.6 Analisando os Resultados

A partir dos dados acima apresentados é possível tecer algumas considerações, que devem ser entendidas como de caráter reflexivo. Por sua vez, as considerações fundamentam-se nos resultados observados a partir das atividades realizadas com a intervenção.

Iniciar dizendo que as crianças a princípio apresentaram certa resistência à temática, principalmente quando se tratava do reconhecimento de seu pertencimento étnico-racial, após a realização da intervenção a postura da maioria dos alunos mudou de forma significativa. Confirmando o que está posto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais: “(...) o fortalecimento de políticas e a criação de instrumentos de gestão para a afirmação cidadã [tornando-se prioridade a valorização da] riqueza de nossa diversidade étnico-racial e cultural” (2004, p. 5).

Pois, somente com a existência dessas políticas e a contribuição da ação docente na construção deste conhecimento, os alunos terão acesso à verdadeira história de nosso povo e ao compreenderem a necessidade de valorização de nossa diversidade, poderão orgulhar-se do que são e respeitar o outro em sua diferença.

Diante disso, é possível afirmar que em decorrência das atividades, as crianças construíram conosco um conhecimento significativo com relação à influência africana em nossa cultura e passaram a reconhecer esta presença em nossos hábitos e costumes. Valorizando assim a presença do povo negro em nossa sociedade e reconhecendo sua grande contribuição em nossa história.

A Regulamentação do Estado da Paraíba (2010) que reconhece a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNS – 2004), aponta em seus objetivos a necessidade de

(...) melhores conhecimentos da história e da cultura afro-brasileira e africana, bem como a história e cultura indígenas, desconstruindo mitos, estereótipos, preconceitos, estigmas e discriminações socialmente elaborados, contundentes à inferiorização e subalternação desses grupos étnico-culturais (p. 6).

Desse modo, contribuir com a construção de uma identidade mais “ajustada” de si mesmo, estruturada como resultado do acesso a um conhecimento capaz de desenvolver uma percepção da sociedade brasileira foi nosso principal objetivo, realizando um trabalho em que os alunos tivessem acesso a uma parte da história desconhecida por muitos para assim desconstruir os estereótipos, preconceitos e estigmas presentes em nossa sociedade.

Sabemos que não será tão fácil desconstruir algo que vem sendo perpassado durante séculos, mas também temos consciência de que o pouco que hoje fazemos poderá fazer uma grande diferença na vida de muitas crianças que estão em fase de construção de seu posicionamento social.

Nesse sentido, contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seu pertencimento é um papel essencial do professor diante da realidade que nos encontramos realidade esta, onde

(...) se diz que o Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural, plural em sua identidade: é índio, afrodescendente, imigrante, é urbano, sertanejo, caiçara, caipira... Contudo, ao longo de nossa história, têm existido preconceitos, relações de discriminação e exclusão social que impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania (cf. In: PCNs, 1997, p. 13).

Sendo assim, enfatizo papel da escola e conseqüentemente dos professores nesta promoção, pois a ação conjunta muito irá contribuir com a formação de cidadãos melhores, mais conscientes, éticos e que saibam respeitar a diferença do outro.

A teoria e as orientações legais e pedagógicas apresentadas nos dois primeiros capítulos, que forneceram a referência para o aprimoramento do olhar foram confirmadas quando afirmam a presença constante do “mito da democracia racial” em nossos discursos. Pois, em nosso país, afirmamos com todo “orgulho” viver em harmonia, quando na verdade os preconceitos encontram-se camuflados em nossas atitudes diárias.

Reconhecemos a importância da existência de cada Lei e regulamentação citadas ao longo do trabalho, mas não podemos esquecer que as mesmas de nada adiantarão se não forem retiradas do papel e postas em prática. Sendo assim, consideramos ser indispensável à implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nos espaços escolares, pois somente com a realização da mesma estaremos trabalhando na promoção da realização do que esta presente nas legislações: “uma sociedade mais justa e igualitária”.

Desse modo, destacamos a afirmação presente nas Orientações Curriculares do Estado de São Paulo (2008):

É preciso, contudo, a erradicação de práticas sociais discriminatórias e racistas do espaço escolar formal. É preciso ouvir e reconhecer as expressões de culturas daqueles que ao longo da nossa história foram alijados e marginalizados da sua cidadania (p. 109).

Considerando esta afirmação, acreditamos que a realização do projeto muito contribuiu para a desconstrução dessas práticas discriminatórias no ambiente escolar alvo da pesquisa, no entanto, ainda há muito a ser feito, o trabalho foi apenas iniciado. Sendo necessário que cada professora se comprometa em da continuidade.

Ao destacarmos o papel das docentes da escola, em relação à atuação da professora que nos acompanhou ao longo do projeto, é possível afirmar que o seu trabalho foi bastante relevante. Especificamente sobre sua atuação como profissional, a cada dia que tive a oportunidade de conviver com a mesma, percebi seu compromisso com a profissão e sua capacidade de conhecer a realidade de cada aluno e tratá-lo conforme sua necessidade.

A sua prática permite que o aluno posicione-se “(...) de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas” (BRASIL, 1997, p. 5). Situação esta em que tive a oportunidade de perceber desde o momento em que realizamos a observação antes da minha prática.

Em relação ao trabalho da professora titular da turma voltado para a temática Afrobrasileira pode-se dizer que seu conhecimento ainda é um pouco restrito, mesmo tendo realizado um ótimo trabalho referente ao 13 de Maio. A mesma afirmou por vezes que não sabia que existia tanta influência africana na cultura brasileira. Diante disso, durante todo o tempo em que convivemos com ela, percebemos seu interesse em aprender mais sobre a temática, algo considerado por nós, bastante significativo.

Em linhas gerais, percebi que já havia entre as crianças um respeito mútuo e uma consciência de que “todos somos iguais, independente de nossas diferenças”, iguais em direitos e em deveres, condições e dificuldades, enfim, ninguém é melhor ou mais capaz que outro, apenas possuímos características e capacidades diferentes.

Em relação aos alunos, é possível afirmar que estes foram muito participativos. Sempre posicionando-se criticamente, dentro do possível para crianças da idade que possuem, muitas vezes chegaram a ser surpreendente: demonstram já que sua criticidade já esta sendo colocada em prática desde cedo. Durante as minhas aulas, fiz questão de solicitar sempre a participação dos alunos, de modo a promover esta consciência e sua capacidade de expressar o que sente e o que pensa.

Em diversas situações, a fala de diversos alunos denotam bastante maturidade e consciência dos fatos, um dos exemplos desta afirmação, foi quando na última aula, pedi que levantassem as mãos aqueles que “se considerassem negros” e permanecessem com as mãos levantadas para que eu pudesse observar. Depois que observei bem a turma e afirmei que podiam baixar as mãos, uma das alunas justificou sua resposta, disse: “porque mesmo que não sejamos negros pela cor da pele, todos temos um pouco deles dentro de nós”.

Esta fala me surpreendeu por sua capacidade crítica de se afirmar em meio à discussão e ao mesmo tempo me alegrou por me fazer perceber de forma tão clara o resultado do trabalho que está sendo desenvolvido com os mesmos, inclusive com parte do qual tenho responsabilidade a partir da intervenção.

Neste momento, me recordo de uma belíssima afirmação de Paulo Freire, citada no início do II Capítulo, onde ele se refere a ação do professor diante a realidade em que se encontra:

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes (FREIRE, 2000, p. 17).

Ou seja, nos remete a discussão já iniciada, de que não é possível mudar todas as posturas adotadas durante séculos, mas que ao passo que fazemos nossa parte, de algum modo estamos contribuindo com a construção de uma realidade melhor.

No início do trabalho, percebi que a maioria dos alunos referiam-se aos africanos apenas ao momento da escravidão, hoje vejo uma delas afirmando que “somos parte de um mesmo povo.” Esta percepção pode ser confirmada a partir da evolução do crescimento dos mesmos. No início da intervenção, a visão deles era muito diferente. Numa das primeiras atividades realizadas foi solicitada que os mesmos fizessem um desenho dos africanos, qualquer situação que os lembrassem, 99% da turma desenhou o momento da escravidão, o navio negreiro e as situações de tortura. Somente um dos 52 alunos desenhou uma roda de capoeira.

Foi neste momento que percebi a necessidade de um trabalho mais elaborado com a temática, assim, durante a realização de cada aula, percebi a evolução de cada aluno, em suas atitudes, em seus gestos e palavras. Jamais esqueço do momento em que estava trabalhando a questão da influência religiosa africana e um dos alunos, “brincou” afirmando que seu colega “fazia macumba” e após a realização de todo trabalho, este aluno foi um dos que levantou “os dois braços” quando perguntei quem se considerava negro.

São situações como estas que me fazem lembrar os escritos do mestre Paulo Freire que afirmava, em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (2002), que o gesto do professor vale mais do que a nota que o mesmo atribui, que o gesto do professor poderá transmitir para o aluno aquela confiança de que ele é capaz de seguir em frente. Ou seja, a ação do professor contribui e muito para a formação identitária de seu aluno e se aquele aluno que brincava com o assunto como uma forma de considerá-lo errado e desnecessário em um dado momento se reconheceu em meio a este contexto, nos mostra que o trabalho foi válido para a construção de um maior conhecimento por ele.

No início das discussões, quando perguntei o que aconteceu com os africanos após a “abolição da escravidão” muitos riram e afirmaram que eles “sumiram”, “caíram num buraco” e etc. Depois de todas as aulas, quando fiz a mesma pergunta, os mesmos alunos responderam que não havia possibilidade deste sumiço, quando afirmei: lembram que há um tempo atrás quando perguntei o que aconteceu com os escravos após a abolição vocês disseram que eles

tinham caído em um buraco e desaparecido? Foi isso mesmo que aconteceu com eles? E responderam em coro que não!

Quando perguntei para eles quais as influências do povo africano em nossa cultura, eles responderam que a cultura africana estava presente em nossa comida, nossa arte, nossa dança, nossa fala, nossa música. Enfim, percebi que ao longo das aulas, tudo que foi tratado foi aprendido por cada um deles de forma significativa. Assim, destacamos a importância da educação neste processo, pois

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo (DCNs, 2004, p. 7).

Outra situação me chamou atenção nesses últimos dias de minha presença em sala aula, foi o momento em que a professora foi conversar com os alunos pelo fato de terem esquecido de fazer um trabalho por mim solicitado e afirmou que “já fazem mais de dois meses que as meninas estão com vocês e eu tenho certeza que vocês já aprenderam muito com ela, até eu aprendi, nos momentos em que pude estar presente na sala, aprendi no dia em que mostraram os slides, que falaram das músicas, das danças...”

Essa fala da professora tornou-se para mim mais um motivo de alegria, pois, cada situação me fazia perceber que a realização do trabalho havia surtido efeito e além de ter contribuído para o conhecimento e crescimento dos alunos, contribuiu também para o aprendizado e maior interesse das professoras. Tudo que desejei, pois, como afirmei no início deste capítulo, meu maior objetivo foi com a minha prática, poder contribuir com a prática das professoras, ou seja, não criticá-las por “não saberem fazer” em uma simples observação (algo que não foi o caso aqui), mas ajudá-las a buscar novas maneiras de tratar da história e cultura africana e afrobrasileira na sala de aula.

Diante do exposto, é possível afirmar que os objetivos propostos no projeto foram alcançados. A turma evoluiu no que diz respeito a história e cultura afrobrasileira. O conteúdo ensinado foi assimilado, as crianças conheceram e aprenderam a valorizar a cultura afrobrasileira. E ao conhecer tudo isto, passam a se reconhecer como pertencendo-lhes, parte integrante de suas vidas, seu cotidiano.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNs, 2004) apontam para a necessidade de uma política de ações afirmativas, ou seja,

ações que busquem de algum modo, mostrar a verdadeira história de nosso país e afirmar aquilo que há muito tempo foi ocultado. As Leis 10.639/03 e posteriormente 11.645/08 vem com esse intuito, de afirmar a importância do ensino da história africana, afrobrasileira e indígena na sala aula, de modo a promover com os alunos o real conhecimento de nosso povo.

E a regulamentação do Estado da Paraíba e a resolução do Município de Campina Grande, ambos do ano de 2010, reconhecessem a importância da implementação destas Leis no ambiente escolar. Tudo isso na busca da construção da “verdadeira história” e na reparação dos erros cometidos anteriormente.

Assim, consideramos a trabalho realizado através da aplicação do projeto de intervenção bastante promissor no que se trata da implementação das referidas Leis e da construção de melhores relações étnicas no ambiente escolar.

Os resultados aqui citados foram bastante positivos. No entanto, como já foi dito, tudo isto foi apenas no primeiro passo para a promoção de uma educação de que valorize a diversidade, sendo assim, o trabalho precisa continuar. Pois,

Considerar a diversidade não significa negar a existência de características comuns, nem a possibilidade de constituirmos uma nação, ou mesmo a existência de uma dimensão universal do ser humano. Pluralidade Cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano (cf. In: PCNs, 1997, p. 16).

Portanto, não desejamos aqui mudar o foco, retirando a Europa do centro e substituindo pelo Continente Africano, desejamos apenas trabalhar na promoção do reconhecimento da influência das três matrizes étnicas em nosso povo, a europeia, a indígena e a africana. De modo a não privilegiar apenas uma e esquecer as demais.

Somente assim, teremos alunos conhecedores da verdadeira história do povo brasileiro e atuantes na mesma. Frutos de um ensino de qualidade que priorize o aluno e sua construção do conhecimento e que considere o meio social em que esta inserido e conseqüentemente a cultura ao qual faz parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontrei minhas origens em velhos arquivos, livros. Encontrei em malditos objetos, troncos e grilhetas. Encontrei minhas origens no leste, no mar em imundos tumbeiros. Encontrei em doces palavras, cantos, em furiosos tambores, ritos. Encontrei minhas origens, na cor de minha pele, nos lanhos de minha alma, em mim. Em minha gente escura, em meus heróis altivos, encontrei. Encontrei-as, enfim, me encontrei.

OLIVEIRA SILVEIRA (2009)

Estas reflexões finais podem ser referendadas a partir da citação acima porque não há como concluir este trabalho sem lembrar toda trajetória que vivi até chegar aqui. Através de minha entrada na Universidade e de minha participação na pesquisa, “encontrei minhas origens”, eu, que até então nem me reconhecia como negra e tão pouco me interessava por este assunto, me deparo com uma pesquisa que estuda as origens, o modo ser, pensar, sentir e fazer, a cultura do povo africano e dos seus descendentes.

Somente após esta participação na pesquisa e a construção deste conhecimento, passei a me reconhecer como parte deste povo e ter orgulho de afirmar isso e defendê-lo onde quer que eu vá, passei a me sentir “mais eu” porque passei a conhecer minhas origens. Hoje sim, pode dizer que conheço minha identidade e tenho orgulho de meu pertencimento étnico-racial.

Foi justamente por isso, que desejei realizar um trabalho em que de algum modo contribuísse para que outras pessoas se sentissem do mesmo modo que me sinto, feliz e completa, por saber quem sou. E foi assim que decidir por em prática aquilo que aprendi e levar aquelas crianças o conhecimento desta história que não tive o privilégio de ter na idade deles.

Por isso, apesar das dificuldades encontradas, jamais desisti de realizar este trabalho, porque para mim não bastava perceber que a maioria das escolas não realizavam um trabalho significativo, eu, tinha que fazer algo e foi isso que busquei fazer. Este “algo” que me faria concluir meu curso na certeza de que agi para a realização desta educação para um mundo plural.

Se durante a época em que estudei o fundamental, as pessoas tivessem essa consciência de respeito com o diferente, talvez eu não tivesse passado tudo que passei. E se eu mesma tivesse a consciência que tenho hoje de me orgulhar do que sou e como sou, talvez não tivesse silenciado tanto.

Assim, procurei contribuir para que essas crianças, ao qual realizei meu trabalho, crescessem com esse orgulho que hoje sinto e crescessem com a consciência de que necessário se faz que saibamos respeitar o outro, independente deste ser igual ou não a nós.

Desse modo, acredito que diante das condições que tive para a aplicação do projeto, dei o melhor de mim, e contando com a ajuda de minha orientadora, de minhas colegas e da professora da escola, realizamos um bom trabalho,

Fazendo com que eu jamais esqueça o sorriso daquelas crianças e de suas demonstrações de aprendizado e orgulho de “ser negro”, porque hoje elas sabem que ser negro não é ruim, pelo contrário, é motivo de orgulho, porque fazemos parte um povo que luta pelo que quer e que jamais desiste em meio aos obstáculos.

Termo este trabalho com a sensação de “dever cumprido” mesmo sabendo que ainda tenho muita história pela frente e muitas outras realidades a contribuir. Mas acredito que nesta escola, com esses alunos, “fiz o meu papel”.

Nesse sentido, não poderia concluir tudo, sem antes mencionar uma grande fala de um homem ao qual admiro muito, Nelson Mandela, onde afirma que “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”⁴ Assim, concluo minhas palavras afirmando que, ainda existe muito a ser feito, mas nada é impossível e se começarmos a agir agora, o amanhã, com certeza, será diferente do hoje.

Que nós, professores, insistamos nisto, em acreditar em nossos alunos, na capacidade que cada um possui e contribuir para a formação destes sujeitos, cidadãos ativos desta sociedade. Não acredito que as crianças sejam o nosso futuro, mas sim, o nosso presente, pois se hoje acreditarmos nelas, ai sim, elas farão um futuro cada vez melhor.

¹ Cf: <http://afroetec.blogspot.com.br/2009/11/encontrei-minhas-origens-oliveira.html>

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade cultural/Orientação sexual. 3ª edição. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2001. Volume 10.
- _____. Constituição da República do Brasil. 36 edição Atualizada e Ampliada. São Paulo: Saraiva, 2005. (Coleção Saraiva de Legislação).
- _____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Secretaria Especial de políticas de Promoção de Igualdade Racial/MEC, 2004.
- _____. Educação como Exercício de Diversidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.
- _____. Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- _____. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e africana. Brasília, 2009.
- _____. Regulamentação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena. Conselho Estadual de Educação. João Pessoa. 2010.
- _____. Resolução 08/2010. Campina Grande. 2010.
- _____. Diversidade Sociocultural. Campina Grande. RCEF. 2010
- CAVALCANTE, M. H. K. Diversidade e Currículo escolar. [editorial] Construir Notícias. v. 51, n. 1, p. XXXIX – XL, março/abril, 2010.
- CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítica-compreensiva – artigo a artigo. 16ª edição. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 9-10.
- DAVIS, Darien J. Afro-brasileiros hoje. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- FERREIRA, A. B. H. Mini Aurélio – Séc. XXI. O minidicionário da língua portuguesa. 4ª ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FREIRE, Educação na Cidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Disponível em: [http://www.lettras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia da autonomia - paulofreire.pdf](http://www.lettras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf). Acesso em: Julho de 2012.

GOMES, N. L.; MARTINS, A.A. História da África e das Culturas Afro-Brasileiras: a construção dos plurais. In: Formação Continuada de Docentes da Educação Básica: constituindo parcerias. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MOREIRA, F. B. & CANDAU, V. M. Indagações sobre o currículo: Currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MOREIRA, Herivelto & CALEFFE, Luiz Gonzaga. Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MACHADO, Cristina Gomes. Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NEPOMUCENO, Cristiane Maria; ASSIS, Cássio Lobão de. Estudos contemporâneos da cultura. Campina Grande: UEPB/UFRN, 2008. 15 fascículos.